

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As mulheres saarauís e a UNMS: Envolvimento político na República Árabe
Saarauí Democrática

Manuela Silva de Oliveira

Mestrado em Ação Humanitária

Orientadora:
Doutora Dora Marina Rebelo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

As mulheres saarauís e a UNMS: Envolvimento político na República Árabe
Saarauí Democrática

Manuela Silva de Oliveira

Mestrado em Ação Humanitária

Orientadora:

Doutora Dora Marina Rebelo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2024

Dedico este trabalho em memória do meu pai.

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação de mestrado representa para mim um grande aprendizado e crescimento na minha vida pessoal e acadêmica, além de um grande desafio. A conclusão da pesquisa somente se tornou possível devido à contribuição de um conjunto de pessoas, às quais gostaria de expressar o meu agradecimento.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Professora e Orientadora Dra. Dora Rebello por toda ajuda durante a elaboração desta dissertação. Agradeço por todos os ensinamentos, apontamentos e disposição em ajudar.

Gostaria também de agradecer à professora Ana Lúcia por disponibilizar tempo para nos ajudar ao longo do desenvolvimento das nossas pesquisas. Pelo carinho e paciência para com todos da turma, pelas palavras de incentivo que contribuíram imensamente para que nos sentíssemos capazes de concluir a pesquisa.

À minha família e amigos pela torcida e incentivo que me deram ao longo da elaboração deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para que esta etapa final fosse concretizada.

Resumo

As mulheres saarauís vêm ao longo dos anos demonstrando força, coragem e determinação na luta pela libertação do território do Saara Ocidental, um território marcado por conflitos e que até hoje sustenta o título de última colônia africana. Na luta pela libertação do território, primeiro contra a colonização espanhola e depois contra a Mauritânia e o Marrocos (atual “potência” ocupante), as mulheres saarauís surgem como peças fundamentais no movimento de libertação e se tornam o alicerce da RASD no exílio. Esta dissertação tem por escopo analisar o envolvimento político das mulheres na sociedade saarauí. Por meio de pesquisas bibliográficas, este estudo tem por foco verificar o aumento da participação política feminina dentro do governo da RASD, bem como entender como o trabalho da UNMS, na busca pela igualdade de gênero, tem facilitado o engajamento político das mulheres saarauís ao longo dos anos. Essa pesquisa pretende contribuir para a disseminação do conhecimento da causa saarauí, em especial o protagonismo e a importância da mulher na sociedade saarauí na luta pela autodeterminação do Saara Ocidental e na busca por direitos iguais entre homens e mulheres.

Palavras-chave:

Saara Ocidental; Autodeterminação; Mulheres Saarauís; Igualdade de Gênero; Participação Política

Abstract

Saharawi women have, over the years, demonstrated strength, courage, and determination in the fight for the liberation of Western Sahara, a territory marked by conflicts, and which still holds the title of the last African colony. In the struggle for the liberation of the territory, first against Spanish colonization and then against Mauritania and Morocco (the current occupying “power”), Saharawi women emerged as fundamental actors in the liberation movement and became the basis of the SADR in exile. This dissertation aims to analyze the political involvement of women in Saharawi society. Through bibliographical research, this study focuses on verifying the increase in female political participation within the SADR government, as well as understanding how the work of the UNMS, in the search for gender equality, has facilitated the political involvement of Saharawi women throughout the years. This research aims to contribute to the dissemination of knowledge about the Saharawi cause, in particular, the protagonism and importance of women in Saharawi society in the struggle for self-determination in Western Sahara and the search for equal rights between men and women.

Keywords:

Western Sahara; Self-determination; Saharawi Women; Gender Equality; Political Participation

Índice Geral

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Glossário de Acrônimos	xiii
Introdução	1
Justificativa	2
Objetivo Geral e Específico da Pesquisa	3
Método de Pesquisa	3
Organização da Tese	4
CAPÍTULO 1. A participação das mulheres em conflitos armados e o seu envolvimento na política (enquadramento teórico)	7
1.1 Gênero e conflito	7
1.2 Representação política feminina	9
1.2.1 As quotas de gênero (“Affirmative actions polices”)	16
1.2.2 Representação política feminina em contextos de conflitos armados	19
CAPÍTULO 2. Saara Ocidental – Contexto histórico	23
2.1 Início da colonização espanhola	23
2.2 Período colonial e início do processo de descolonização (1884 - 1976)	24
2.3 Luta pela Independência	29
2.4 A fuga para o exílio	32
CAPÍTULO 3. O protagonismo da mulher saarauí e a sua participação política	37
3.1 A mulher saarauí na sociedade pré-colonial	37
3.2 A mulher saarauí e o período colonial (1884 – 1976)	40
3.3 As mulheres e o conflito do Saara Ocidental	43
3.4 União Nacional das Mulheres Saarauís	47
3.5. Participação política das mulheres saarauís	51
Conclusão	63
Referências Bibliográficas	67

Glossário de Acrônimos

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women

CIJ - Corte Internacional de Justiça

CS - Conselho de Segurança

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

FAR - Forças Armadas Reais

FRENTE POLISÁRIO - Frente para a Libertação de Saguia-el-Hamra e Ríó de Oro

IPU - Inter-Parliamentary Union

MINURSO - Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG - Organização não governamental

OUA - Organização da Unidade Africana

PUNS - Partido da União Nacional Saarauí

RASD - República Árabe Saarauí Democrática

UA - União Africana

UNMS - União Nacional das Mulheres Saarauís

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WEDO - Women's Environment and Development Organization (Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)

Introdução

As mulheres saarauís “constituem um exemplo único de empoderamento e liderança” (Rossetti, 2008, p. 3. Tradução da autora) e a sua participação política e social dentro dos campos de refugiados vem sendo estudada desde os primeiros momentos no exílio (Rossetti, 2012; Lippert, 1992). Estas mulheres são um dos maiores símbolos de resistência do povo saarauí. Elas vêm, ao longo dos anos, demonstrando força, coragem, resiliência e determinação na luta pela autodeterminação do território do Saara Ocidental, sendo consideradas o alicerce do movimento revolucionário (Tenório, 2018).

A história das mulheres saarauís está intimamente ligada à resistência, reconstrução e luta pela autodeterminação no Saara Ocidental, um território marcado por décadas de desafios coloniais e conflitos. Este estudo tem por objetivo aprofundar a compreensão sobre a participação política das mulheres saarauís ao longo de três períodos importantes: período colonial, período da luta armada e o período posterior ao cessar-fogo. Em meio a um deserto árido, as mulheres saarauís mostram-se não como agentes passivos ou vítimas, mas como agentes fundamentais na construção e organização dos campos de refugiados, consolidando-se como a base do governo da República Árabe Saarauí Democrática (RASD).

Desde 1973, o povo saarauí vem lutando pela libertação do Saara Ocidental, inicialmente contra o domínio colonial da Espanha e, posteriormente, contra o Marrocos e a Mauritânia após a assinatura dos Acordos de Madrid. Como consequência deste acordo, no ano de 1975, o território testemunhou a invasão bilateral por parte do Marrocos e da Mauritânia, desencadeando um conflito com a Frente Polisário. Embora a Mauritânia tenha desistido de sua reivindicação em 1979, o Marrocos continuou a reivindicar todo o território do Saara Ocidental como parte do *Greater Morocco* (Lippert, 1992).

Com a invasão do território, a maioria da população saarauí se viu obrigada a deixar sua terra natal para fugir dos ataques marroquinos e teve que se refugiar num dos lugares mais áridos do mundo, a região de Tindouf no deserto argelino (Morais & Moreira, 2020). Durante o tempo em que os homens lutavam contra a invasão do Marrocos e da Mauritânia, coube às mulheres à construção e organização sociopolítica dos acampamentos de refugiados, que se tornaram a fonte de sustentação do governo da RASD e do movimento de libertação do território do Saara Ocidental (Tenório, 2018).

É dentro deste cenário que esta pesquisa busca entender e abordar, de uma forma mais ampla, a participação política das mulheres saarauís, local e internacionalmente, e o seu protagonismo na reconstrução da sociedade saarauí no exílio e na busca pela igualdade de

direitos entre homens e mulheres. Com este estudo, busca-se também oferecer uma análise geral, explorando não apenas o contexto histórico, mas também a participação política feminina saarauí na atualidade. Além disso, pretende-se examinar o papel da União Nacional das Mulheres Saarauís (UNMS) como facilitadora desse engajamento político.

Ao retratar a história dessas mulheres, busca-se não apenas contribuir para a disseminação do conhecimento sobre a causa saarauí, mas também destacar como sua resiliência, força e determinação refletem em um contexto global de busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Neste sentido, este estudo visa não apenas analisar o passado, mas também contribuir, de alguma forma, na busca de um futuro mais justo e igualitário.

Considerando o exposto, a questão de pesquisa proposta nesta dissertação é a seguinte: De que maneira o protagonismo das mulheres saarauís ao longo dos períodos colonial, da luta armada e do pós-cessar-fogo influenciou a ascensão política destas mulheres dentro do governo da RASD?

Justificativa

Ainda com tema específico a ser definido e o pouco conhecimento que detinha sobre a causa saarauí (apesar de ser um tema presente na bibliografia simpatizante com a causa), o interesse em realizar um trabalho de investigação sobre o Saara Ocidental surgiu em 2021, quando, em uma aula da cadeira de Ciências Sociais em Ação Humanitária, o tema nos foi apresentado.

A simpatia com a causa saarauí e por considerar legítima a luta pela autodeterminação do Saara Ocidental, bem como a importância e o protagonismo da mulher na sociedade saarauí, despertaram em mim a vontade de aprofundar o tema.

Além disso, a pouca visibilidade que o conflito no Saara Ocidental possui perante a comunidade internacional, bem como a pouca atenção que se dá sobre a atuação das mulheres na luta pela paz e autodeterminação do povo saarauí, e no empenho que estas vem empreendendo ao longo dos anos na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, mostrou-se relevante um estudo baseado na importância da participação política e social das mulheres na causa saarauí e como a sua atuação no conflito pode servir como um ponto de referência para outras mulheres, como um fator de empoderamento feminino. As mulheres saarauís são agentes de transformação, não somente na luta pela libertação do seu povo, mas também na própria libertação feminina.

A investigação não é apenas a nível acadêmico, mas também pessoal. Como mulher e migrante, consigo ver nas mulheres saarauís um reflexo do poder da resiliência, da

determinação e da solidariedade. Espero que este trabalho possa contribuir para dar voz e visibilidade ao trabalho dessas mulheres, destacando a importância da construção de um mundo mais justo e com igualdade de oportunidades para todos.

Objetivo geral e específico da pesquisa

Conforme ensina Creswell (2007, p. 101), o objetivo “estabelece os propósitos, a intenção e a ideia principal de uma proposta ou de um estudo”. O objetivo central, ao elaborar esta dissertação, baseia-se na tentativa de analisar e sistematizar a participação política das mulheres saarauís dentro do governo da RASD, investigando o papel facilitador da UNMS nesse contexto.

A partir desse objetivo geral, colocam-se alguns objetivos específicos: conhecer a perspectiva evolutiva da participação feminina em conflitos armados e na política, com vista à promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres; analisar historicamente a situação do Saara Ocidental desde a colonização espanhola até a luta pela libertação, fornecendo contexto para compreender o cenário político atual; examinar o papel das mulheres na reconstrução da sociedade saarauí durante o exílio, destacando suas contribuições significativas; investigar o papel ativo das mulheres no movimento de libertação, destacando suas ações e impactos; identificar os fatores que levaram as mulheres a serem referência dentro dos campos de refugiados, destacando os elementos que contribuíram para esse reconhecimento; conhecer as estratégias, ao nível sociopolítico, utilizadas pelas mulheres para enfrentarem os desafios vividos em decorrência do conflito e na busca pelos direitos das mulheres.

Método de Pesquisa

Segundo Demo (2006, p. 34), a pesquisa “se define aqui sobretudo pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriamente metódica como fonte principal da renovação científica”. Com base neste ensinamento é que o estudo apresenta um método de pesquisa do tipo qualitativa, por ser um processo investigativo que possibilitou compreender e aprofundar, gradualmente, o objeto da pesquisa. “Em uma pesquisa qualitativa, o autor delinea um problema de pesquisa elucidado pela exploração de um conceito ou fenômeno” (Creswell, 2007, p. 88).

A pesquisa foi de cunho teórico e exploratório, buscando aprimorar o conhecimento acerca da problemática proposta, tornando o tema mais visível. Para tanto, o procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica baseada na análise de fontes secundárias, tendo como percurso metodológico a revisão das referências teóricas à luz dos estudos realizados sobre as mulheres saarauís e seu envolvimento na luta pela libertação do território do Saara Ocidental e na luta pela igualdade de gênero.

Assim sendo, a busca baseou-se em material já elaborado, constituído, majoritariamente, por artigos científicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Os materiais selecionados e usados no estudo foram em língua inglesa, espanhola e portuguesa. Durante o processo de pesquisa, tentou-se encontrar materiais nos websites oficiais da RASD, da imprensa local e websites específicos sobre o trabalho das mulheres saarauís, mas a busca se tornou um pouco difícil, pois alguns desses websites são de difícil navegação, pouco intuitivos e muitos não estão atualizados. Entretanto, ainda foi possível encontrar algum material específico no ARSO.org, canal utilizado frequentemente pela Frente Polisário para divulgar informações sobre a RASD. O estudo também foi apoiado na busca por materiais em websites, tais como: peaceagency.org, saharaoccidental.es, Sahara Press Service.info.

Organização da Tese

No que diz respeito à estrutura da dissertação, esta encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo (A participação das mulheres em conflitos armados e o seu envolvimento na política) será dedicado ao enquadramento teórico, onde serão analisados os tópicos referentes as questões de gênero e conflitos, bem como a representação política feminina e os avanços que esta teve ao longo dos anos, através de movimentos de mulheres e de mecanismos que possibilitaram o aumento do número de mulheres na política ao redor do mundo. Além disso, foi feita uma abordagem sobre a participação política feminina em contextos de conflitos armados.

No segundo capítulo (Contexto histórico) foi feito um enquadramento histórico sobre a situação do Saara Ocidental, na qual descreve como se desenvolveu toda a situação: desde o início da colonização espanhola até a fuga para o exílio e a situação atual, passando pelo processo de luta pela autodeterminação do povo saarauí, a fuga para o exílio e a construção dos campos de refugiados na região de Tindouf na Argélia.

O terceiro, e último, capítulo (O protagonismo da mulher saarauí e a sua participação política) traz, primeiramente uma abordagem sobre a importância da mulher saarauí em sua

sociedade, desde o período pré-colonial (para entender como a cultura e tradições do povo saarauí influenciaram a participação das mulheres na política) até o início da participação feminina nos movimentos de libertação. Esta abordagem se mostra importante para demonstrar o protagonismo e a importância da mulher na sociedade saarauí, principalmente na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Além disso, este capítulo apresenta a participação sociopolítica das mulheres saarauís, destacando a atuação da UNMS na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e a inserção destas últimas nas esferas decisórias do governo da RASD.

CAPÍTULO 1

A participação das mulheres em conflitos armados e o seu envolvimento na política (enquadramento teórico)

“Gender equality is not an option, but an imperative to achieve a fair, just world” (Sheikh Hasina, Primeira Ministra de Bangladesh)

1.1 Gênero e conflito

Ao longo dos anos, as mulheres foram as maiores vítimas dos conflitos armados. A autora Carmen Magallón oferece alguns exemplos para demonstrar a porcentagem de vítimas mulheres durante as guerras: “Na Primeira Guerra Mundial, as vítimas civis representaram 15% das mortes; na Segunda Guerra Mundial eram 50%. Nas guerras dos anos noventa, havia mais de 80%, a maioria mulheres e crianças” (conforme citado por Barona, 2016, p. 109. Tradução da autora).

A história mostra que as experiências femininas nos contextos de guerras foram moldadas por estereótipos de gênero. Isto porque foi criada uma narrativa onde “os homens aparecem em funções de combate, enquanto as mulheres permanecem nas barracas, exercendo uma série de atividades consideradas como afazeres domésticos, ou até tarefas de apoio aos homens” (Rebelo, 2013, p. 821). Como explica Enloe (1993), este fato estaria ligado à subordinação e vulnerabilidade das mulheres.

Ao analisar o papel das mulheres em conflitos armados, Afshar (2003) destaca a importância de desfazer o mito sobre a ausência delas nos campos de batalha. A autora argumenta que é uma ideia simplista associar automaticamente os homens à guerra, revoluções e rebeliões, enquanto as mulheres estão associadas à paz. Apesar do estereótipo que se formou entorno das mulheres, é possível verificar que estas têm participado ativamente nos conflitos, “not only as camp followers, carers, and providers, but also as combatants” (Afshar, 2003, p.178).

Afshar (2003) ainda explica que, em tempos de guerra, “gender barriers were diluted” (p. 180), ou seja, a participação feminina nos contextos de conflitos armados acaba por criar um sentido de igualdade, eliminando as diferenças de gênero.

Importa ressaltar que a participação feminina nestes contextos de guerra ocorre muitas vezes de forma espontânea, ou seja, as mulheres desejam juntar-se a grupos armados e participar de atividades de combate. E, assim como os homens, elas comprometem-se nesses tipos de ações coletivas de alto risco em nome de causas políticas ou sociais (Wood & Thomas, 2018), como as mulheres saarauís que também estiveram na linha de frente no conflito contra as forças marroquinas em prol da libertação do território do Saara Ocidental, conforme será visto em capítulo próprio.

Embora a imagem de soldados nos conflitos armados seja quase sempre atrelada à figura masculina, as mulheres lutaram em várias batalhas ao longo da história e em todo o mundo. Por exemplo, durante a guerra civil na Etiópia na década de 1980, cerca de 1/3 dos combatentes eram mulheres (Hughes, 2009); no Iran há uma longa história da participação feminina em protestos, revoluções e rebeliões (Afshar, 2003); na América Latina o ativismo feminino e a participação pacífica das mulheres em movimentos sociais e políticos acabou por influenciar o recrutamento de mulheres para os movimentos rebeldes (Wood & Thomas, 2018). Assim, nas décadas de 1970 e 1980 as mulheres representavam entre 25% e 33% dos combatentes na Nicarágua e em El Salvador (Hughes, 2009); na África do Sul, as mulheres foram muito ativas na luta contra o apartheid e foram as primeiras a tomar medidas em massa contra a *Pass Law*, além disso, muitas mulheres no exílio receberam treinamentos militares o que lhes conferiu um pouco mais de poder dentro do movimento (Morojele, 2016).

Apesar de ter havido mudanças nas políticas a favor do recrutamento feminino, ainda existem lacunas que acabam por manter as relações de poder e gênero dentro das instituições militares e nos contextos de conflitos armados. As práticas e normas que limitam ou excluem a participação das mulheres nestes contextos estão principalmente em posições de poder, postos hierárquicos ou até mesmo em unidades de combate (Rebelo, 2013). Além disso, “as mulheres são frequentemente alocadas em serviços adicionais ou de apoio, sob justificativas de falta de acomodação, ausência de privacidade e/ou capacidade física inferior” (Rebelo, 2013, p. 823).

Entretanto, Denitch (1981) explica que os conflitos armados podem de uma certa forma afetar positivamente o envolvimento das mulheres, isto porque, o heroísmo oficialmente reconhecido em tempos de guerra pode ser um fator importante para a ascensão feminina em posições de poder, ou seja, servir em combates pode dar às mulheres uma sensação de poder, o que acaba por ajudar “women fighters to transform the way they perceive themselves. It has contributed to changing their traditional identity as wives and mothers to that of fighters and liberators” (Codou Bop, 2001, conforme citado por Hughes, 2009, p. 178).

1.2 Representação política feminina

“A participação das mulheres na política aumentou dramaticamente nos últimos 100 anos” (Paxton et al., 2006, p. 898. Tradução da autora). No ano de 1907, a Finlândia tornou-se o primeiro país a eleger uma mulher para o parlamento¹, enquanto a União Soviética alcançou o marco de 10% de representação feminina na legislatura nacional em 1946 (Paxton et al., 2006). Em 1980, a Islândia foi pioneira ao eleger a primeira mulher como presidente (Forbes, 2022). No caso da Suécia e de Ruanda, as mulheres já representam quase 50% da legislatura nacional. No ano de 2005, 60% dos países já haviam alcançado pelo menos 10% de representação feminina nas legislaturas nacionais (Paxton et al., 2006).

Em relação à África, a participação feminina no parlamento triplicou entre os anos de 1990 e 2010. Como consequência, em diversos países com economias fragilizadas, observa-se uma significativa presença feminina na política, com notáveis índices de representatividade (Hughes & Tripp, 2015).

Em África, 22,4% dos assentos legislativos nacionais são ocupados por mulheres, enquanto a média mundial é de 21,8% (Hughes & Tripp, 2015). No quadro a seguir (cf. Quadro 1.1) é possível observar a percentagem de mulheres ocupando cargos políticos no Parlamento em países africanos, com quatro deles classificados entre os dez primeiros no ranking mundial, com destaque para Ruanda, onde mais de 60% dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres.

¹“Miina Sillanpää, que lutou continuamente pela justiça e igualdade, foi uma das primeiras 19 mulheres a ser eleita para o Parlamento, em 1907, tornando-se também a primeira mulher ministra de governo”. Disponível em: <<https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/primeira-ministra-de-um-governo-da-finlandia-foi-uma-conciliadora-nata/>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

Quadro 1.1: Percentagem de mulheres em cargos de liderança em África no ano de 2015.

Global Ranking	Country	% Women	Global Ranking	Country	% Women
1	Rwanda	63.8%	83	Togo	17.6%
4	Seychelles	43.8%	87	Morocco	17.0%
6	Senegal	42.7%	88	Malawi	16.7%
8	South Africa	41.9%	91	Libya	16.0%
11	Namibia	41.3%	95	Chad	14.9%
13	Mozambique	39.6%	97	Gabon	14.2%
15	Ethiopia	38.8%	98	Somalia	13.8%
19	Angola	36.8%	99	Guinea-Bissau	13.7%
22	Burundi	36.4%	101	Burkina Faso	13.3%
24	Tanzania	36.0%	101	Niger	13.3%
25	Uganda	35.0%	105	Djibouti	12.7%
29	Algeria	31.6%	105	Zambia	12.7%
30	Zimbabwe	31.5%	107	Sierra Leone	12.4%
32	Tunisia	31.3%	110	Mauritius	11.6%
33	Cameroon	31.1%	113	Liberia	11.0%
36	Sudan	30.5%	114	Ghana	10.9%
46	South Sudan	26.5%	119	Botswana	9.5%
51	Mauritania	25.2%	120	The Gambia	9.4%
52	Lesotho	25.0%	121	Côte d'Ivoire	9.2%
56	Equatorial Guinea	24.0%	122	DRC	8.9%
63	Eritrea	22.0%	123	Mali	8.8%
64	Guinea	21.9%	127	Congo, Rep.	7.4%
67	Cabo Verde	20.8%	128	Benin	7.2%
70	Madagascar	20.5%	130	Swaziland	6.2%
75	Kenya	19.7%	133	Nigeria	5.6%
80	São Tomé & Príncipe	18.2%	138	Comoros	3.0%

■ African countries
■ Non-African countries

Source: This data was compiled by the Inter-Parliamentary Union on the basis of information provided by National Parliaments by September 1, 2015.
 Note: The visual gives a comparison among select African and non-African countries while table shows the variation among African countries.

Fonte: Sow, 2016.

Estudiosos do assunto (e.g. Morojele, 2016; Waring et al., 2000) argumentam que homens e mulheres mantêm percepções distintas sobre a política e as mulheres, de certa forma, contribuem para a melhoria da percepção pública desse cenário. Como resultado, as mulheres tendem a adotar comportamentos diferenciados em relação aos homens, apresentando estilos de liderança singulares. Conforme destacado por Mtintso (2003), as mulheres trazem para o Parlamento agendas distintas, enfatizando questões socioeconômicas e de direitos humanos, o que contribui para uma perspectiva mais valiosa ao debate.

Além disso, Waring et al. (2000) destacam que as mulheres se encontram em uma posição privilegiada para compreender as demandas e necessidades das outras mulheres em relação ao Estado e à política. Isso decorre das experiências distintas entre homens e mulheres, o que implica que os homens podem não ser completamente capazes de compreender e representar adequadamente as particularidades das necessidades femininas. Além disso, muitas mulheres

que estão envolvidas na política ao redor do mundo defendem a ideia de que as mulheres possuem habilidades diferenciadas, como maior sensibilidade, organização, empatia e disciplina e, por isso, conseguem trazer uma perspectiva mais humanizada para a esfera política (Waring et al.,2000).

Outro ponto importante que fortalece a participação das mulheres na política reside no fato de que elas tendem a adotar uma perspectiva mais abrangente, ou seja, elas não estão limitadas a representar apenas a sua classe de gênero, mas sim o eleitorado todo, pois representar exclusivamente a classe feminina poderia resultar na exclusão dos interesses de homens ou de outros grupos. Conforme observado por Waring et al. (2000), as mulheres compreendem que são eleitas para representar toda a diversidade do eleitorado, assumindo, assim, a responsabilidade de representar os interesses de todos.

Uma entrevista realizada por Fernandes (2023) com mulheres saarauís reflete essa preocupação. Uma mulher saarauí (Malika) descreveu a notável diferença entre as posições ocupadas por homens e mulheres na política, destacando a gestão diferenciada e a abordagem mais inclusiva das mulheres.

Quando se compara a posição em que os homens estão e as posições em que as mulheres estão, é totalmente diferente. É uma gestão totalmente diferente, é uma abordagem totalmente diferente e, definitivamente, as mulheres provaram que têm mais sucesso na gestão. [...] São também mais protetoras de recursos, [...] são também mais inclusivas para com as pessoas com quem trabalham. Elas não estão tomando decisões por conta própria, não ficam assim, tentando usar o poder que possuem, elas tentam incluir todos (Fernandes, 2023, p. 48. Tradução da autora).

Essa perspectiva reforça a ideia de que a participação feminina na política está mais dedicada a priorizar a construção de sociedades baseadas na igualdade de gênero, como destacado por Morojele (2016). A capacidade das mulheres de adotar uma abordagem mais inclusiva e abrangente pode contribuir para a representação mais efetiva de toda a sociedade no cenário político.

Apesar desses aspectos que ajudam a favorecer a participação feminina na política e das potencialidades que possuem para fazer a diferença nessa área, principalmente no que se refere à igualdade de gênero, muitos obstáculos ainda precisam ser ultrapassados. Questões culturais e tradicionais dificultam o exercício de direitos por parte das mulheres. Assim, o desafio

fundamental e primordial que as mulheres têm que enfrentar para conquistar seu lugar na política é mudar a sociedade (Morojele, 2016).

Waring et al. (2000) corroboram essa visão, indicando uma batalha contínua enfrentada por mulheres na política, onde a falta de suporte partidário e resistência da mídia são desafios significativos.

É importante destacar que, atualmente, lideranças e grupos políticos de extrema-direita femininos vêm promovendo ideias como nacionalismo, tradição e religião para atrair um número maior de mulheres que valorizam uma posição ética mais conservadora. O intuito dessas lideranças e grupos é aumentar a participação das mulheres nos movimentos de extrema-direita ou torná-las mais receptivas às suas plataformas. Observa-se atualmente que algumas mulheres estão encontrando no radicalismo de extrema-direita um canal de ascensão política. Assim, o surgimento de lideranças femininas na extrema-direita, como, por exemplo, Giorgia Melone na Itália e Marine Le Pen na França, que exploram narrativas nacionalistas e conservadoras para sensibilizar mulheres, torna evidente como tem sido complexo o cenário político atual (Solano et al., 2023).

Entretanto, as mulheres vêm lutando ao longo dos anos para diminuir a resistência social e aumentar sua participação política em todo o mundo. Mediante movimentos internacionais, as mulheres promovem discursos de inclusão de gênero, garantias de normas sobre os direitos das mulheres, igualdade e participação feminina na economia e política (Paxton et al., 2006). Como exemplo desta luta, podem ser citados o Primeiro Congresso Internacional de Mulheres, em 1878, na cidade de Paris, e a Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as mulheres, na Cidade do México, em 1975.

Durante a *United Nations Decade for Women* (iniciada em 1975) houve um crescente apelo por uma participação política feminina mais ampla. Respondendo a este apelo e visando uma transformação do paradigma político mundial, foi ratificada, em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)². Esta Convenção estabelece padrões para políticas nacionais visando erradicar a discriminação contra as mulheres e promover a igualdade de representação entre homens e mulheres em posições de poder político (Morojele, 2016; Hughes, 2009).

² UN (1979).

Conforme se verifica no gráfico abaixo (cf. Figura 1.1), na década de 1975, a percentagem de mulheres no Parlamento ainda era muito pequena, sendo que na maioria dos países a participação feminina era inferior a 10%.



Figura 1.1: Percentagem de mulheres no Parlamento no ano de 1975.
Fonte: IPU, 2019.

Na sequência dos movimentos que vinham sendo feitos em prol do aumento da participação política feminina, em 1995, na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, a Assembleia Geral adotou por unanimidade a *Platform for Action* (assinada pelos 189 Estados participantes) onde os Estados-membros concordaram em promover a igualdade de gênero nas suas políticas e programas (Rossetti, 2011).

Desde a Conferência de Pequim, a proporção de mulheres no parlamento duplicou mundialmente. Entretanto, os homens ainda ocupam 75% dos assentos. Embora o papel principal dos parlamentos nacionais seja representar as vozes de todas as pessoas na tomada de decisões, a representação política feminina pouco cresceu, saindo de 12% em 1995 para 25% em 2020 (E/CN.6/2021/3).

Para reforçar essa luta e promover ainda mais a inclusão das mulheres nas esferas políticas dos governos, em junho de 2000, a Women's Environment and Development Organization (WEDO) lançou a *50/50 Campaign* cujo objetivo era aumentar o número de mulheres na política local e nacional ao redor do mundo para 50%. Segundo Paxton et al. (2006), desde o

lançamento a campanha já foi adotada por 154 Organizações em 45 países³. Com estes incentivos e com a colaboração global, tem sido possível cada vez mais transmitir um discurso de inclusão de gênero nos países ao longo do tempo.

Desde o ano 2000, diversos países alcançaram avanços significativos em termos de representação feminina no Parlamento (cf. Figura 1.2). Em quatro nações, as mulheres ocupam pelo menos 50% ou mais de assentos parlamentares, superando a presença masculina. Em outros 24 países, a participação feminina ultrapassa os 40%. Nota-se que esses progressos são mais significativos em regiões como Europa, África ou América Latina e Caribe (cf. Figura 1.3) (E/CN.6/2021/3).

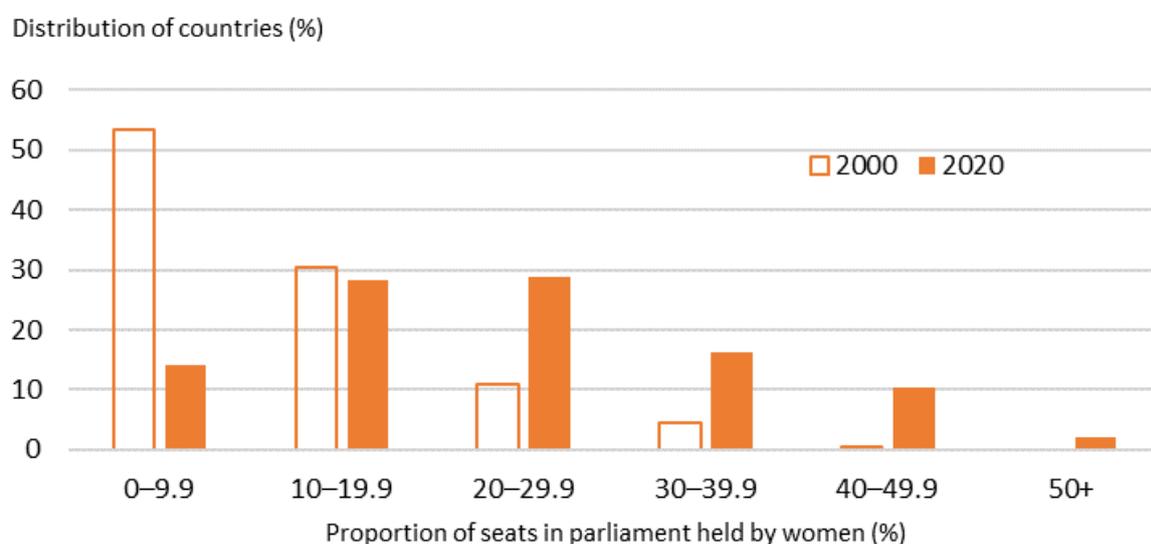


Figura 1.2: Distribuição do percentual de mulheres no Parlamento no ano de 2000 e 2020.
Fonte: E/CN.6/2021/3.

Apesar desses avanços, a realidade política em muitos países ainda mostra desigualdades de gênero substanciais. Em 109 países, apenas 10% a 29,9% dos membros no Parlamento são mulheres e em 27 países a representação política feminina fica abaixo dos 10%, refletindo uma representação feminina significativamente abaixo do ideal (E/CN.6/2021/3). Esses dados mostram a necessidade contínua de esforços para promover a igualdade de gênero e assegurar uma representação mais equitativa nos órgãos legislativos em todo o mundo.

O gráfico a seguir (cf. Figura 1.4) revela as desigualdades regionais na representação política feminina. Nas regiões da América Latina, Caribe, Europa e na América do Norte, mais de 30% dos assentos no Parlamento são ocupados por mulheres. No entanto, essa proporção cai para 17% no Norte da África e na Oceania. A situação é ainda mais desafiadora nos países

³ Wedo (2007).

insulares do Pacífico, onde a média de representação feminina é de apenas 6% e, em três nações específicas, não há qualquer representação feminina no Parlamento. É importante destacar que, em países afetados por conflitos armados, a representação política feminina atinge apenas 18,9% (E/CN.6/2021/3).

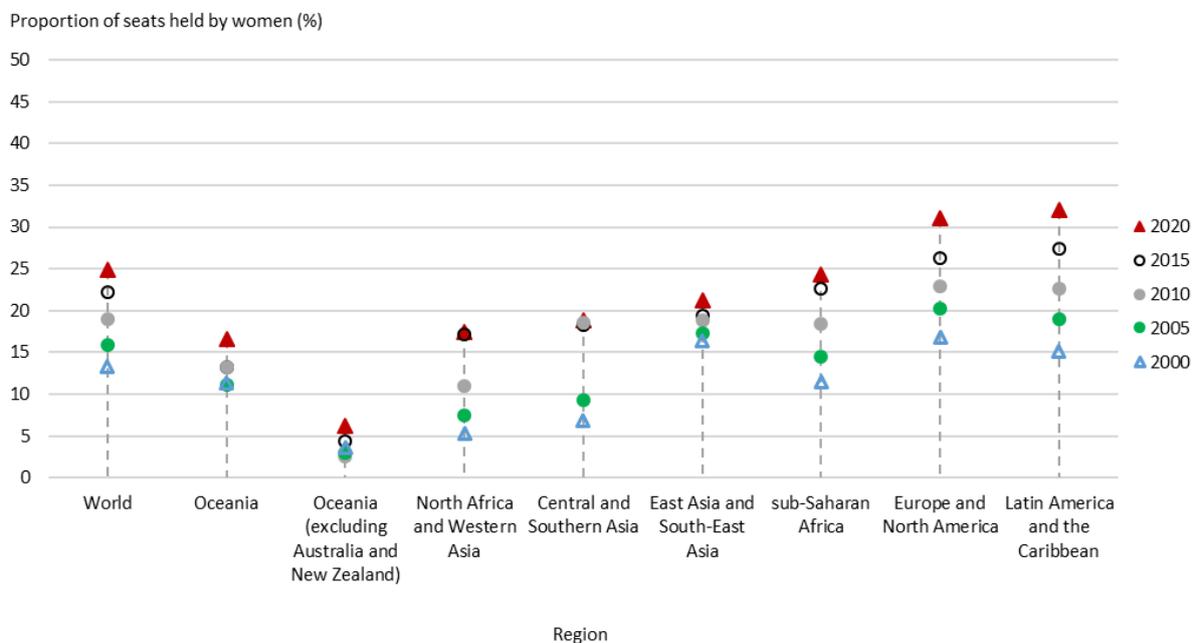


Figura 1.3: Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais entre 2000 e 2020, por região.
Fonte: E/CN.6/2021/3.

Os dados apresentados anteriormente podem nos indicar que alguns fatores, como questões culturais, políticas de igualdade de gênero e o próprio sistema político de cada país, podem influenciar na participação política feminina. E para superar essas desigualdades são necessários esforços coordenados, incluindo a implementação de políticas de igualdade de gênero, promoção da educação e conscientização, bem como a criação de espaços que promovam a participação política ativa das mulheres. É importante compreender os desafios enfrentados regionalmente para que sejam desenvolvidas estratégias eficazes que busquem alcançar uma representação política mais equitativa a nível global.

Apesar dos vários movimentos e instrumentos que vem sendo utilizados para favorecer o aumento na porcentagem de mulheres no Parlamento ao longo dos anos, é possível ver que a representação política feminina se encontra abaixo dos 50% na maioria dos países, conforme se verifica no gráfico a seguir (cf. Figura 1.4).

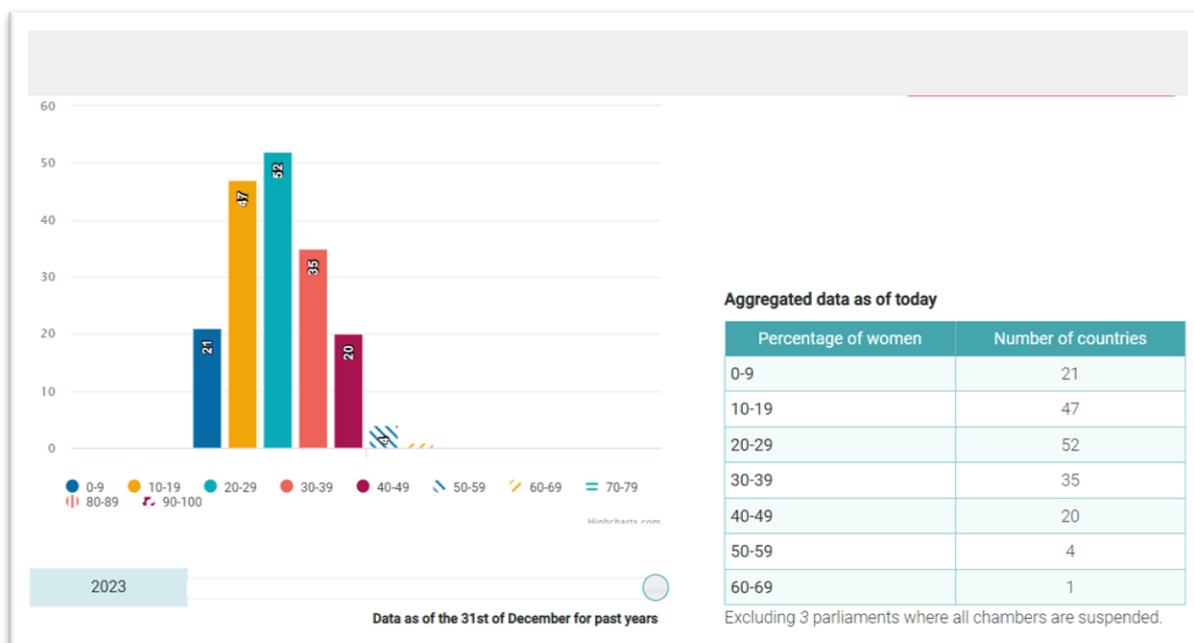


Figura 1.4: Percentagem de mulheres no Parlamento em 2023.
Fonte: IPU, 2019.

É importante ressaltar que as experiências de representação feminina não são padronizadas. Ao contrário, são específicas de cada contexto e influenciadas por uma série de fatores diversos. Dentre eles, destacam-se os elementos econômicos, políticos e estatais (Morojele, 2016).

Apesar de terem sido implementadas diversas iniciativas para promover a igualdade de gênero na política, o fato de a representação feminina continuar abaixo do ideal destaca a necessidade contínua de abordar e superar barreiras específicas presentes em cada contexto. Compreender a ligação entre fatores econômicos, políticos e estatais é fundamental para desenvolver estratégias mais eficazes e inclusivas, buscando alcançar uma representação política mais equitativa e inclusiva.

1.2.1 As quotas de gênero (“Affirmative actions polices”)

Conforme visto anteriormente, ao longo dos anos foram vários os movimentos em prol da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na política que acabaram por favorecer o aumento da participação política feminina ao redor do mundo. E para reforçar toda essa luta surgem as quotas de gênero, que foram pensadas e criadas como estratégia para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, possibilitando o aumento da representatividade feminina nas esferas políticas, sociais e econômicas.

O sistema de quotas tem por escopo abordar as desigualdades históricas e estruturais, assegurando que uma determinada percentagem de assentos ou cargos políticos sejam destinados às mulheres. Esta pode ser considerada uma boa estratégia para aumentar a participação feminina na vida política e nos processos de tomada de decisão.

Conforme explica Rossetti (2008, p. 3), os estudos sobre as quotas de gênero são recentes. Nos últimos anos, as quotas de gênero têm se destacado como uma solução importante para abordar a baixa representatividade das mulheres na política (Krook, 2006). Este tipo de estratégia (*Affirmative action*) tem sido cada vez mais utilizada em diversos países ao redor do mundo para aumentar a participação política feminina (Hughes, 2009).

O sistema de quotas passou a ser adotado pelos países em resposta à CEDAW (Baldez, 2006), sendo que a maioria das políticas de quotas começaram a ser introduzida após a Conferência de Pequim de 1995 (Krook, 2006). As mudanças políticas foram impulsionadas pela participação das mulheres na referida Conferência e posteriormente reforçadas em sua estrutura normativa pela Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU⁴. Portanto, as quotas para as mulheres, como um tipo de ação afirmativa, representam uma mudança histórica do conceito básico de igualdade de oportunidades para o conceito de igualdade de resultados (Rossetti, 2008).

A partir de então, muitos Estados, Organizações regionais e internacionais passaram a tomar resoluções visando aumentar a representação política das mulheres incluindo “the Inter-Parliamentary Union, the Socialist International, the Council of Europe, the European Union, the Organization for Security and Cooperation in Europe, the Commonwealth, the African Union, the Southern African Development Community, and the Organization of American States” (Krook, 2006, p. 114). Para estes e para a comunidade internacional, as quotas de gênero são um fator importante para aumentar a participação política feminina, em especial a participação legislativa (Morojele, 2016).

Antes da realização da Conferência de Pequim e da adoção da *Platform for Action*, apenas 4 países haviam inserido quotas de gênero em seu sistema parlamentar. Entretanto, a partir de 1995 até 2005, mais de 55 países passaram a adotar as referidas quotas (Morojele, 2016).

⁴“The 1995 Beijing Platform of Action and the 2000 United Nation Security Council Resolution 1325 have provided a central lobbying platform to ensure women in high political roles. According to the Women, Peace and Security 2000 resolution, all the democracy-building policies are to ensure that a gender perspective is mainstreamed in all decision-making processes, from peace accords through to constructing systems of governance” (Rossetti, 2008, pp. 7-8).

Conforme explica Baldez (2006), a maioria dos países classificados entre os 20 primeiros na lista de representação feminina nos parlamentos nacionais da IPU implementou algum tipo de quota de gênero. A autora destaca alguns exemplos de países que adotaram as quotas de gênero, destacando o caso de Ruanda como o único país entre os vinte primeiros da lista que possui assentos reservados especialmente para mulheres (p.102). Países como Argentina, Bélgica, Costa Rica, Guiana e Iraque adotaram as *candidate quota laws*, reservando um percentual de assentos legislativos às mulheres. Já países como Áustria, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Islândia, Moçambique, Países Baixos, Noruega, África do Sul, Espanha e Suécia optaram pelas *voluntary quotas* a nível partidário (Baldez, 2006). Em complementariedade a isso, Rossetti (2008) informa que partidos políticos em mais de 90 países impõem algum tipo de quota de gênero para a eleição dos seus respectivos Parlamentos Nacionais, “apesar da diversidade institucional, social, econômica, cultural e religiosa” (p. 6. Tradução da autora).

Em relação aos países pós-conflito, houve uma maior pressão internacional para elegerem um número mínimo de mulheres para o Parlamento, através do sistema de quotas. “Impulsionado pela pressão da comunidade internacional e concretizado em Convenções e Tratados Internacionais, o compromisso com a igualdade de gênero se tornou central nos discursos sobre a construção de Estados pós-conflito” (Ballington and Dahlerup, 2006, conforme citado por Rossetti, 2008, pp. 7-8. Tradução da autora).

Como explicam Zuckerman & Greenberg (2004), os países pós-conflito, cuja população feminina é maior que a masculina, apresentam oportunidades para que as mulheres possam ocupar cargos que anteriormente eram ocupados apenas por homens. Muitos destes países adotaram medidas para aumentar a participação política feminina. A exemplo disso, partidos políticos dominantes na África do Sul (ANC), em Moçambique (Frelimo) e na Namíbia (Swapo) implementaram medidas de quotas de gênero para garantir a representação das mulheres em suas listas de candidaturas (Zuckerman & Greenberg, 2004). Em Ruanda, há assentos constitucionais reservados às mulheres que representam 30% da legislatura nacional. Essa reserva de assentos assegura que apenas mulheres possam concorrer e votar para esses cargos (Morojele, 2016).

No caso do Saara Ocidental, o governo da RASD também adotou as quotas de gênero para aumentar a participação política feminina. Com a alteração da lei eleitoral saarauí, realizada com o escopo de garantir um maior empoderamento feminino, o sistema eleitoral passou a incluir as quotas de gênero de forma obrigatória para as eleições do *Saharawi National Council* (Sahara Press Service, junho, 2023).

As wilayas (províncias), com o maior número de dairas (municípios), como Smara e Dakhla, têm 7 assentos cada. A alteração à lei eleitoral exige que 4 dos 7 assentos sejam ocupados por mulheres. Nas wilayas de Auserd e Laayoune, que têm 6 assentos cada, 3 deles devem ser ocupados por mulheres. Na wilaya do Bojador, que tem 4 lugares, 2 deles devem ser femininos. E no que diz respeito à wilaya do Martyr El Hafed (Rabuni), deve haver uma representante feminina (Sahara Press Service, junho, 2023. Tradução da autora).

No entanto, como destacado por Zuckerman & Greenberg (2004), independentemente da existência de quotas de gênero, é importante fortalecer a capacidade de liderança das mulheres para poderem obter sucesso nos cargos políticos que ocupam. Além disso, os autores ressaltam a importância de garantir que as mulheres tenham o apoio dos eleitores, o que eventualmente poderia eliminar a necessidade de quotas. Esse fortalecimento requer investimentos na capacitação das mulheres para concorrerem a cargos públicos, para garantirem assentos e desempenharem suas funções de maneira mais eficaz (Zuckerman & Greenberg, 2004).

1.2.2 Representação política feminina em contextos de conflitos armados

Quando se fala sobre a participação feminina em processos políticos durante os períodos de conflito e pós-conflito, é preciso ter em mente que tais participações variam significativamente dependendo do contexto histórico, da cultura, das normas e das tradições de cada região, bem como as atitudes sociais referentes às questões de gênero.

Em contextos de conflitos armados, é mais frequente ver os homens assumindo papéis na linha de frente das batalhas, enquanto as mulheres, de forma desproporcional, se tornam mais vulneráveis a crimes sexuais, como violações e prostituição forçada, além de serem mais frequentemente deslocadas como refugiadas. Contudo, é importante ressaltar que esses contextos também podem servir como “pontos de viragem” e promotores de mudanças significativas (Hughes, 2009).

Estudiosos do assunto (e.g. Boyd, 1989; Pankhurst, 2002), destacam que conflitos armados oferecem às mulheres a oportunidade de lutarem contra as restrições impostas pelas normas tradicionais de gênero, permitindo-lhes acessar funções que anteriormente eram acessíveis apenas aos homens. Dessa forma, ao aumentar a disponibilidade de cargos políticos às

mulheres, mudar os pensamentos sobre o papel da mulher e modificar as estruturas de oportunidades para facilitar sua entrada nas esferas de poder, os conflitos armados podem contribuir para o aumento da participação política feminina (Hughes, 2009).

Conforme Bauer & Britton (2006) explicam, os contextos de conflitos armados podem, de certa forma, favorecer a participação das mulheres nas esferas políticas, seja pelo envolvimento em movimentos sociais ou na formação de organizações femininas⁵. Como, por exemplo, as mulheres sul-africanas ativistas nos movimentos contra o apartheid que acabaram por ser incorporadas no governo. Durante conflitos armados, as mulheres frequentemente se envolvem na criação de campanhas e manifestações, lutam pelos direitos humanos, muitas vezes fazem lobby para alcançar o cessar-fogo e desempenham um papel fundamental na criação de redes de apoios às vítimas da guerra e aos refugiados (Hughes, 2009), como as mulheres saaurais, por meio da UNMS, que vem atuando na luta pela autodeterminação do território do Saara Ocidental.

Como afirma Denitch (1981), o heroísmo oficialmente reconhecido durante os conflitos armados pode ser um fator fundamental na ascensão feminina a futuros cargos de poder. No pós-conflito, Demeritt et al. (2014) explicam que uma janela de oportunidades é aberta, possibilitando às mulheres uma maior chance de participar cada vez mais nas esferas sociais, econômicas e políticas. Portanto, o período pós-conflito pode oferecer boas oportunidades para as mulheres ingressarem em cargos políticos oficiais, já que é um momento mais predisposto e aberto a transformações significativas (Morojele, 2016). Dessa forma, no pós-conflito, uma janela de novas oportunidades pode se abrir para se estabelecer novas normas e regras com foco no respeito aos direitos das mulheres, reconhecendo e valorizando a contribuição feminina (Zuckerman e Greenberg, 2004).

Desde o início dos anos de 1990, tem se observado uma mudança significativa no engajamento político feminino em países que passaram por conflitos armados (Morojele, 2016) e muitos destes países utilizaram-se de mecanismos, como as quotas de gênero, por exemplo, para aumentar a participação política feminina (Zuckerman & Greenberg, 2004). Essa situação tem sido muito evidente na África, onde diversos países estiveram envolvidos em guerras civis. Segundo explica Tripp (2015), países africanos no pós-conflito têm promovido mais modificações constitucionais e legislativas em relação aos direitos das mulheres em

⁵ “Women’s movements around the world have shown that when women band together and find ways to participate, they are empowered and often pursue common goals” (Demeritt et al., 2014, p. 351).

comparação a países que nunca estiveram envolvidos em conflitos⁶. Ainda segundo o referido autor, países na África apresentam índices significativamente elevados de representação feminina nos órgãos legislativos em comparação com outros países que não passaram por conflitos, e possuem uma maior presença de mulheres em posições de liderança política (Tripp, 2015).

Tendo em conta esse contexto, vale citar alguns exemplos de países africanos pós-conflito que puderam testemunhar mulheres ocupando cargos políticos importantes. Um exemplo importante é a Libéria, onde uma mulher foi eleita como a primeira presidenta na história da África. Em Uganda, uma mulher desempenhou o papel de vice-presidente por uma década. Ruanda, por sua vez, destaca-se mundialmente pelas mais altas taxas de representação feminina legislativa (Tripp, 2015; Zuckerman & Greenberg, 2004), atingindo 61,3% dos lugares da *Lower House* nas eleições de 2018 (IPU, 2019).

Outro exemplo que merece destaque é a África do Sul, que registrou em 2015 o décimo maior nível de representação política feminina, alcançando 41,5% dos assentos na *Lower House* (Morojele, 2016). No caso do Saara Ocidental, não tem sido diferente, pois as mulheres saarauís têm gradualmente conquistado maior espaço nas esferas políticas do governo da RASD, assunto este que será mais bem examinado numa fase posterior deste trabalho.

Esses casos mostram que, mesmo em regiões afetadas por conflitos, avanços consideráveis têm sido feitos no sentido de proporcionar uma representação política mais igualitária e inclusiva, com mulheres assumindo cada vez mais papéis relevantes nos governos.

⁶ “What is interesting is that many of these African states with a large number of women in parliament are those that have been through catastrophic conflict that almost totally destroyed their societies. This can be explained by the fact that women may have felt empowered to ask for more representation at parliament level” (Rossetti, 2008, p. 2).

CAPÍTULO 2

Saara Ocidental – Contexto histórico

2.1 Início da colonização espanhola

Para melhor entender os atuais problemas relativos ao Saara Ocidental, a revolta contra a colonização e o sentimento nacionalista do povo saarauí, é fundamental retomar alguns anos da história.

Falar sobre a formação do *ethos* do povo que habitava, no passado, a região onde hoje se encontra o Saara Ocidental não é uma tarefa tão simples. Isto porque sabe que sua origem descende dos povos berberes⁷ norte-africanos (Smolarek & Miranda, 2020). Kormikiari sugere que "os proto-berberes surgiram no Neolítico, da união de três culturas pré-históricas: ibero-maurusienses, capsenses e neolíticos da África e do Oriente" (Kormikiari, 2001, p. 15). Esses povos multiplicaram-se por toda a região do Magreb e foram, ao longo do tempo, sofrendo as influências culturais fenícias, gregas, romanas, vândalas e árabes. Estas duas últimas culturas passaram a exercer grande influência no norte do continente, conseguindo, ao longo dos séculos, propagar as características islâmicas entre o povo berbere africano (Smolarek & Miranda, 2020).

Entretanto, somente com a Conferência de Berlim de 1885 é que os traços civilizatórios ocidentais da África começaram a ser desenhados. A partir daí é que o continente africano começou a ser oficialmente partilhado entre as potências colonizadoras europeias. Importa ressaltar que esta partilha ignorou por completo a composição étnico-cultural dos povos africanos que ali viviam e imediatamente estabeleceu uma relação de domínio territorial por parte dos colonizadores europeus em detrimento dos colonos africanos (Smolarek & Miranda, 2020).

⁷ "O uso da palavra "berbere" para descrever os habitantes indígenas da África norte-ocidental, surge no século VIII d.C. com a chegada dos árabes na região. É possível que a palavra tenha se originado de uma corruptela dos barbari dos romanos. Há quem acredite que o termo, num primeiro momento, designasse um único grupo organizado de forma tribal. Durante o período de ocupação colonial européia sedimentou-se como denominação dos habitantes locais originais. Apesar de poder ser considerada anacrônica foi adotada pela historiografia moderna para designar os habitantes autóctones, visto que foi este o sentido dado a ela pelos árabes e, ainda hoje em dia, é essa a designação dada aos últimos norte-africanos que mantêm tradições milenares do período proto-histórico. De maneira análoga, a historiografia denomina de Berberia o Maghreb, isto é, o Norte da África centro-ocidental, identificando três áreas distintas: Berberia ocidental (Marrocos e Argélia ocidental); Berberia central (Argélia) e Berberia oriental (leste da Argélia e Tunísia)" (Kormikiari, 2001, p. 11).

Conforme o estabelecido na Conferência de Berlim, à Espanha coube o domínio do território do Saara Ocidental, bem como de outras regiões da África (Nanjira, 2010). Contudo, o processo de colonização empreendido pela Espanha na região do Saara Ocidental iniciou-se anteriormente à referida Convenção⁸. Ao longo do ano de 1884, foram assinados tratados com os povos que habitavam a região da costa marítima do Saara Ocidental (Smolarek & Miranda, 2020). Em 26 de dezembro de 1884, é assinado um decreto real⁹ que declara o domínio espanhol sobre a região do Rio de Oro¹⁰, atual Saara Ocidental (Miguel, 1995).

O primeiro tratado referente ao Saara Ocidental, estabelecido entre as potências europeias, foi celebrado em novembro de 1886, na cidade de Paris. Neste tratado, foram delimitadas as fronteiras meridionais e orientais daquele território. Posteriormente, em 1890, a França reconhece o domínio da Espanha na África Ocidental, fato este que ajudou a estabelecer presença espanhola no continente africano. No ano de 1904, foi firmado outro tratado para demarcar, entre outros assuntos, a fronteira setentrional do Saara Espanhol (Smolarek & Miranda, 2020).

No entanto, somente na década de 30 é que a Espanha passa a ter contato com o interior do Saara Ocidental, sendo que no ano de 1934 a cidade de Smara é ocupada e em 1938 o capitão Antonio de Oro Pulido chega à cidade de El Aaiún (atual capital do Saara Ocidental), visando construir um forte militar e erguer uma cidade naquele local (Smolarek & Miranda, 2020).

A ocupação espanhola no território saarauí trouxe profundas mudanças na estrutura social e econômica do povo que ali habitava (Delgado, 1988). Assim, “do nomadismo passaria progressivamente, embora lentamente, para a sedentarização dos saarauís” (Delgado, 1988, p. 43. Tradução da autora).

2.2 Período colonial e início do processo de descolonização (1884 - 1976)

Tal como anteriormente mencionado, em 1884 a região do Saara Ocidental foi anexada pela Espanha, cujo objetivo era estabelecer um protetorado espanhol naquela região, tendo sido tal anexação reconhecida em 1885 através da Conferência de Berlim, onde alguns Estados, entre eles as potências colonizadoras europeias, promoveram entre si a divisão e a ocupação do

⁸ “A Espanha já havia entrado em contato com o litoral do Saara Ocidental em 1497, com o objetivo de proteger sua posse nas Ilhas Canárias” (Estrada, 2014, p. 122).

⁹ “A Ordem Real de 26 de dezembro de 1884 declarou o “protetorado” espanhol sobre o Saara. No entanto, a Espanha transformou o referido território numa “colônia” em virtude dos seus poderes soberanos, que países estrangeiros reconheceram em diversas ocasiões” (Miguel, 1995, p. 42. Tradução da autora).

¹⁰ “Rio de Oro e Saguia el-Hamra eram dois territórios, sul e norte, respectivamente, que formavam o Sahara espanhol, antiga colônia de Espanha” (Ferreira, 2012, p. 11).

continente africano (Ferreira, 2012). O Saara Ocidental se manteve como colônia espanhola até o ano de 1976, quando então a Espanha retira-se do território (Bertolucci & Guimarães, 2021).

A ocupação espanhola no território, acabou por trazer profundas modificações nas relações sociais e econômicas do povo que habitava o Saara Ocidental, pois, como já mencionado, a natureza nômade começa a diminuir gradativamente a partir do momento em que começam a ser fundadas as primeiras cidades (Delgado, 1998). O processo de colonização praticado pela Espanha no território do Saara Ocidental “promoveu a sedentarização, escolarização e urbanização das tribos nômades que ali viviam” (Morais & Moreira, 2020, p. 66).

Inicialmente, a ocupação espanhola ficou limitada apenas à parte litorânea do Saara Ocidental. Mas somente a partir do ano de 1934, é que a Espanha passa a buscar a interiorização do território motivada por dois fatores principais: o primeiro deles foi a celebração de um novo acordo, estabelecido com a França, onde era exigido da Espanha o fortalecimento das fronteiras das colônias que pertenciam a esses dois países, com o intuito de impedir o ataque de povos nativos. Enquanto o segundo fator possuía relação com a busca por supostas reservas de fosfato na região do Saara, o que também motivou a exploração (Barros, 2020).

Neste contexto, a Espanha inicia a realização de estudos sobre a existência de recursos naturais que pudessem resultar em lucros econômicos para o país. Assim sendo, em 1941, descobriu-se a mina de fosfato de Bou Craa, que é considerada uma das maiores do mundo (Delgado, 1998). Com esta descoberta, o *boom* econômico-comercial promovido por ela, bem como a sedentarização da população que vivia no território anteriormente à colonização, trouxe profundas modificações na sociedade do Saara Ocidental, passando a conduzir o desenvolvimento dessa região. Entretanto, esse processo de desenvolvimento acabou por trazer certa marginalização da população nativa, pois havia uma maior valorização da mão de obra espanhola em detrimento dos trabalhadores saarauís (Smolarek & Miranda, 2020).

A partir da década de 1950, surgem alguns movimentos populacionais que começaram a manifestar suas insatisfações em relação aos colonizadores e que tinham por objetivo a autodeterminação das colônias africanas, como podemos ver no caso da Líbia que se tornou independente em 1951, a Tunísia em 1956 e o Marrocos, também no mesmo ano (Smolarek & Miranda, 2020).

Em relação à independência do Marrocos, importa ressaltar este assunto, pois tal tema tem relação com a situação do Saara Ocidental e a luta pela libertação do território saarauí dos domínios marroquinos. Portanto, no início da década de 1950 surge no Marrocos o Exército de Libertação (ou *Dij Tahrir*), cujo objetivo era promover a retirada dos colonizadores europeus

do seu território. Tal movimento surgiu de vários grupos guerrilheiros que haviam crescido após a expulsão do rei marroquino Mohammed V pelos franceses. Contudo, mesmo após a independência do Marrocos, o Exército de Libertação manteve-se ativo, pois queria a retirada dos colonizadores europeus de toda a região do Magreb para pôr em prática seu objetivo mais ousado que era (e ainda é) a unificação de todo o território para a formação do *Greater Morocco*¹¹ (Barros, 2020).

No ano de 1956, o rei deposto Mohammed V volta ao poder no recém-independente Marrocos e passa a exigir todo o território que acreditava pertencer ao *Greater Morocco*. Tal exigência iniciou-se pela província de Ifni, que pertencia à Espanha, tendo início um “conflito” entre esses dois países na luta pela referida província. No entanto, em 1957, a Espanha perde a “guerra” contra o Marrocos e, como consequência, acaba por ceder a província aos marroquinos (Barros, 2020). Ante a derrota sofrida e, no intuito de conter a expansão do Exército de Libertação junto ao povo saarauí, a Espanha decide alterar o status do Saara Ocidental, “que após a descolonização, o Saara Ocidental se tornou a 53ª província espanhola, sob o nome de Saara Espanhol” (Daudén & Suzin, 2011, conforme citado por Barros, 2020, p. 106).

Mesmo com essa modificação de status, a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1963, passa se envolver na questão do Saara Ocidental, caracterizando-o como um território incluído na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 1514 (XV)¹² (Barros, 2020). Por meio desta Resolução o povo Saarauí passaria a exercer a autodeterminação, podendo escolher entre: se tornar um território totalmente independente; a livre associação à Espanha, onde teria o direito a estabelecer a sua própria Constituição; ou aceitar a integração do território à Espanha, sendo que as leis e direitos deveriam ser os mesmos entre os dois territórios (Barata, 2012). No entanto, para que fosse possível chegar a uma decisão concreta, seria necessária a realização de um referendo, em que o povo saarauí pudesse decidir acerca do futuro do seu próprio território (Morais & Moreira, 2020). Importante ressaltar que, no mesmo ano em que a ONU aprova a Resolução 1514 (XV), o Marrocos, a Argélia e a Mauritânia declaram seu apoio à autodeterminação do povo saarauí. Já no ano de 1970, “numa reunião em

¹¹ “A visão do *Greater Morocco*, incluía ainda a Mauritânia e o Sahara, parte da Argélia e Mali, e os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. Esta ideia do *Greater Morocco*, é uma ideologia marroquina, motivada pela vontade de expansão territorial” (Ferreira, 2012, p. 14).

¹² “Desde 1960, a ONU, levando em conta o surgimento do anseio independentista da parte de diversos povos coloniais, emitiu a Resolução 1514 (XV), que trouxe mecanismos normativos de implementação para o processo de descolonização europeia da África. Todas as colônias se desfizeram até nossos dias, à exceção do Saara Ocidental” (Smolarek, 2013, p. 34).

Nouadhibou, Marrocos, Argélia e Mauritânia voltaram a sublinhar o seu apoio à causa do povo do Sahara, concordando de forma unânime que este território deveria ser descolonizado e consequentemente independente” (Ferreira, 2012, p. 13).

Ocorre que a Espanha vivia um momento de bastante instabilidade interna, com a crise do regime franquista, devido ao fraco estado de saúde de Francisco Franco (Barros, 2020). Devido a isso, usou de inúmeras tentativas para não perder o território do Saara Ocidental. Todavia, essas tentativas só contribuíram para o crescimento de um sentimento nacionalista saarauí e, como consequência, o surgimento de movimentos nacionalistas organizados (Morais & Moreira, 2020).

Um desses movimentos nacionalistas de libertação do Saara Ocidental era liderado por um acadêmico chamado Mohamed Sidi Bassir, cuja formação tinha sido obtida em universidades marroquinas. Entretanto, esse movimento rapidamente perdeu força, pois durante uma das manifestações em 1970, houve uma dura repreensão por parte da Espanha, causando a morte de 12 pessoas, deixando inúmeros feridos e alguns prisioneiros. Além disso, o líder do movimento nunca mais foi visto, “tendo-se então suspeita de que fugira” (Ferreira, 2012, p. 13). Mas apesar dessa primeira tentativa fracassada, a atitude da Espanha perante os manifestantes só geraria mais revolta no seio do povo saarauí que percebeu que não seria possível resolver a questão do Saara Ocidental de forma pacífica. Assim, tornava-se “urgente a criação/organização de um grupo forte de revolta armada saarauí, que lutasse contra este colonialismo espanhol” (Ferreira, 2012, p. 13).

Assim, no ano de 1973 é criada a Frente para a Libertação de *Saguia-el-Hamra e Río de Oro* (Frente Polisário)¹³, cujo objetivo era conquistar a independência do território e, ao mesmo tempo, formar o Estado nacional saarauí. Logo após a sua criação, é declarada guerra à Espanha¹⁴ (Miguel, 1995).

No ano de 1974, devido às pressões da ONU, a Espanha dá início à realização de um censo da população nativa que habitava o território do Saara Ocidental para a realização do referendo sobre a independência dessa região. Entretanto, não foi possível a concretização de tal referendo, visto que o Marrocos não aceitava a independência do Saara Ocidental, alegando

¹³ “Saguia el-Hamra e Río de Oro eram os limites externos que dividiram o território do Saara Ocidental, situados ao Norte e ao Sul, respectivamente” (Barros, 2020, p. 105).

¹⁴ “Politicamente, a Polisario desestabilizou a posição espanhola de várias maneiras. Entre 12 e 20 de maio de 1975, uma missão da ONU percorreu o território saharauí. Em El Aaiún ocorreu o grande escândalo: uma gigantesca manifestação contra Espanha, na qual foram agitadas centenas de bandeiras da Polisario e na qual foi solicitada a independência, foi exigida a retirada de todos os funcionários civis e militares espanhóis como medida prévia ao referendo, onde gritaram “Fora Espanha!” ao mesmo tempo que cuspiram nos espanhóis, tudo isto numa altura em que Espanha defendia a causa saharauí perante o Tribunal Internacional de Justiça” (Miguel, 1995, p. 9. Tradução da autora).

ser esta parte do seu território, ou seja, para os marroquinos, a independência não poderia estar entre as opções de votação. Como se pode notar, a posição do Marrocos, que inicialmente dizia apoiar a independência do Saara, passa a ser diferente e, a partir desse momento, pelas mãos do agora Rei Hassan II, retoma-se o ideal do *Greater Morocco* e uma possível invasão ao território do Saara (Ferreira, 2012). Para isso, e na intenção de ganhar tempo, o rei marroquino Hassan II solicitou junto à Espanha o adiamento do referendo, além de um parecer jurídico da Corte Internacional de Justiça (CIJ) acerca dos vínculos jurídicos entre o Saara Ocidental, a Mauritânia e o Marrocos (Barata, 2012).

Em 1975, a CIJ posiciona-se no sentido de que, apesar de as diversas tribos que habitavam a região do Saara Ocidental tivessem relações jurídicas com a Mauritânia e o Marrocos, tais laços não seriam suficientes para impedir o processo de autodeterminação do povo saarauí, visto não existir nenhum laço de soberania territorial entre as partes envolvidas (Estrada, 2014).

Contrariando a decisão da CIJ, o Rei Hassan II promove, neste mesmo ano de 1975, a chamada “Marcha Verde”, episódio que “reuniu cerca de 350 mil marroquinos, escoltados pelas Forças Armadas Reais (FAR), que adentraram o norte do território do Saara Ocidental, representando um gesto simbólico de ‘reconquista’ (Estrada, 2014, p. 127). Ao adentrar no território, ainda sob o domínio espanhol, o governo marroquino acabaria por obrigar a Espanha a tomar uma decisão (Ferreira, 2012). Ou os militares espanhóis, para se defenderem, atiravam contra os civis marroquinos que estavam desarmados, “o que a confirmar-se seria caótico a nível humanitário e prejudicaria ainda mais a imagem de Espanha neste período inicial do pós-Franquismo” (Ferreira, 2012, p. 15) ou a Espanha dava início ao diálogo com o Marrocos (Ferreira, 2012).

Como a Espanha não tinha condições internas de enfrentar um conflito contra o Marrocos e cedendo às pressões deste, acabou por celebrar um acordo secreto (*Madrid Agreement*¹⁵) entre a Mauritânia e o Marrocos (Morais & Moreira, 2020).

O Acordo Tripartite (*Madrid Agreement*) entre a Espanha, Marrocos e Mauritânia foi assinado em 14 de novembro de 1975. Tal acordo estabeleceu a divisão da administração do Saara Ocidental entre esses três países, sendo que a Espanha ainda continuaria a administrar o território até 1976, permanecendo com 35% dos direitos econômicos sobre os recursos naturais do Saara Ocidental (Barros, 2020), quando então passaria à administração aos outros dois países (Estrada, 2014).

¹⁵ “*Madrid Agreement*, tal como o nome indica, foi assinado na cidade e capital espanhola, Madrid. Refira-se neste ponto também, que as Nações Unidas nunca reconheceram estes acordos, pelo que os mesmos não dão qualquer direito quer a Marrocos, quer à Mauritânia, sobre o Sahara” (Ferreira, 2012, p. 16).

Importante salientar que o *Madrid Agreement* não é reconhecido legitimamente, sendo considerado ilegal pelo Direito Internacional, pois contraria o direito à autodeterminação do povo saarauí e por desconsiderar por completo a decisão da CIJ (Smolarek & Miranda, 2020).

2.3 Luta pela Independência

O Saara Ocidental encontra-se situado no Norte da África, fazendo fronteira com o Marrocos (ao norte), Argélia (a nordeste) e Mauritânia (a sul e sudeste) e com o Atlântico a oeste, possuindo uma extensão territorial de 266 mil quilômetros quadrados em pleno Deserto do Saara. Desde a sua ocupação, o território se tornou um local propício para disputas entre os países vizinhos (Marrocos e Mauritânia) e a Frente Polisário (abreviatura de Frente Popular de Libertação de *Saguia El Hamra e Rio de Oro*), cujo objetivo sempre foi tomar o controle da região (Barata, 2012; Bertolucci & Guimarães, 2021).

O Saara Ocidental é o único país africano que ainda tem o status de colônia, ou seja, é o único que ainda não tem sua independência declarada. Esta é uma situação que vem se arrastando desde 1976, quando então a Espanha decide deixar o território e o entrega à administração do Marrocos e da Mauritânia (Filho, 2010).

Após a ocupação do território pelo Marrocos e Mauritânia, a Frente Polisário inicia a luta contra esses dois países, dando início à guerra propriamente dita (Estrada, 2014). Com a saída oficial da Espanha do território do Saara Ocidental, em 26 de fevereiro de 1976, a Frente Polisário proclama a República Árabe Saarauí Democrática (RASD)¹⁶, com o desejo de dar legitimidade internacional à sua luta, bem como lutar pela soberania do seu território (Barros, 2020).

Em 1979, a Mauritânia desiste da sua ocupação no território do Saara Ocidental e abandona a guerra, visto que suas tropas já se encontravam muito enfraquecidas devido às fortes investidas implementadas pela Frente Polisário (Barros, 2020; Estrada, 2014). Aproveitando-se dessa situação, o Marrocos estende sua ocupação para parte do território desocupado pela Mauritânia, o que acaba incendiando mais ainda o conflito com a Frente Polisário (Barros, 2020). Ocorre que, o Marrocos, ao ver que estava perdendo a capacidade de controle sobre a guerra, devido às conquistas militares obtidas pela Frente Polisário, resolve dar início, em 1981,

¹⁶ “A OUA, atual União Africana, reconhece a RASD como um de seus Estados-membros. A entrada da RASD na OUA foi o motivo pelo qual o Marrocos decidiu sair da organização em 1984. A organização defende o direito à autodeterminação da população saarauí. Entretanto, o Marrocos foi readmitido na organização em 2017 e não sabemos que rumo essa mudança dará ao posicionamento da organização sobre a questão” (Morais & Moreira, 2020, p. 69)

à construção de um muro defensivo de areia e pedra, conhecido como *The Berm*, o qual foi finalizado em 1987. Esse muro tem cerca de 2.500 km de extensão e dividiu o território do Saara Ocidental em duas partes: a parte ocupada pelo Marrocos (85%) e as “zonas liberadas” (15%) controladas pela Frente Polisário (Barros, 2020; Estrada, 2014).

A Frente Polisário aproveitou o período de construção do muro, onde ainda era possível ter um pouco de liberdade de movimento, para realizar algumas investidas militares “onde utilizou essencialmente armamento proveniente da URSS, para assim causar mais estragos no seio das FAR” (Ferreira, 2012, p. 28). Ocorre que, com o fim da construção da *Great Wall*, a Frente Polisário acabaria por ficar deveras limitada, tendo em vista não possuir qualquer tipo de poder aéreo, ficando condicionada apenas aos ataques terrestres e marítimos (Ferreira, 2012).

Como se pode notar, a Frente Polisário encontrava-se em uma situação muito complicada, pois para além do problema que a “*Great Wall* representava para as guerrilhas sarauís, Marrocos encontrava-se também agora devidamente apoiado por diversos Estados, com especial destaque para as potências militares, EUA e França” (Ferreira, 2012, p. 28).

O conflito entre o Marrocos e a Frente Polisário se estendeu até o final da década de 1980, quando então tem início as negociações de paz, sob os cuidados da ONU e da OUA, atual União Africana (UA). Em 1988, ambas as partes do conflito concordam com a proposta da ONU para a efetivação do cessar-fogo, além da realização do referendo de autodeterminação. Assim, o cessar-fogo definitivo foi estabelecido em 1991, “ano em que foi aprovada a versão final do *Settlement Plan* pelo Conselho de Segurança, que previa um período transitório para a realização do referendo” (Estrada, 2014, p. 131).

Ainda no ano de 1991, é iniciada a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO)¹⁷, cujos objetivos principais seriam a garantia da estabilidade no território e a organização do referendo de autodeterminação. Este referendo, conforme a proposta do *Settlement Plan*, deveria ter sido realizado em 1992, ou seja, no ano seguinte à implementação da MINURSO. Entretanto, a falta de acordo entre as partes no que diz respeito à composição do corpo eleitoral que deveria decidir sobre o futuro do Saara Ocidental tem sido, até hoje, um impedimento às negociações (Barros, 2020; Estrada, 2014).

Importante salientar que, no ano de 1988, foi possível obter, num primeiro momento, um acordo entre a Frente Polisário e o Marrocos, onde as partes aceitaram que os eleitores que

¹⁷ Do Francês: Mission des Nations Unies pour l’organisation d’un referendum au Sahara Occidental (Ferreira, 2012, p. 38).

participariam do referendo seriam aqueles que constavam do censo populacional de 1974¹⁸. Porém, em 1991, o Marrocos reivindicou a ampliação da lista de eleitores, afirmando que a Marcha Verde de 1975 levou a um aumento da população marroquina no Saara Ocidental, favorecendo-o no referendo (Estrada, 2014, p. 131).

Tendo em consideração a resistência do Marrocos em aceitar o eleitorado constante na lista de 1974, o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, designou o norte-americano James Baker¹⁹ para servir como interventor nas negociações. Logo após ser nomeado, James Baker deu início às negociações entre a Frente Polisário e o Marrocos. Em setembro de 1997, em Houston, um acordo histórico foi firmado entre a Polisário e o Marrocos, conhecido como *Houston Agreement*²⁰ (Ferreira, 2018, p. 18).

Ocorre que o *Houston Agreement* não logrou êxito. Isto porque, quando a MINURSO procedeu com a abertura dos centros de identificação, para, finalmente, conseguir apurar quem seriam as pessoas que teriam direito a votar no referendo, o Marrocos começou a apresentar novos nomes, de possíveis eleitores, com o intuito de garantir mais eleitores favoráveis à sua posição, contribuindo dessa forma com o insucesso do acordo e o adiamento do referendo que se realizaria em 1998 (Barros, 2020).

Em busca de um acordo para o Saara Ocidental, James Baker propõe em 2001 o Plano Baker I, concedendo certa autonomia ao território sob soberania marroquina, ou seja, “esta proposta oferecia ao povo saarauí alguma autonomia dentro da soberania de Marrocos, e não a independência, como os saaraús tanto pretendiam” (Ferreira, 2018, p. 18). Esse plano foi logo aceito pelos marroquinos, mas recusado pela Frente Polisário (Barros, 2020).

Em 2003, a proposta foi reformulada, sendo lançado o plano Baker II, onde num período de 3 anos o território do Saara Ocidental seria administrado por um governo eleito pelo povo saarauí e, “após esse período provisório, seria realizado um referendo, estabelecendo como eleitores todos os residentes na região desde 1999, para que a população decidisse entre independência, integração ou autonomia” (Barros, 2020, p. 113). A proposta foi aceita pela Frente Polisário, mas rejeitada pelo Marrocos sob o argumento de que não concordaria com nenhum plano que possibilitasse a independência do Saara Ocidental (Barros, 2020).

¹⁸ “Este censo foi realizado durante o período colonial, em que se calculou uma população de 73.497 saarauís e 26.126 europeus vivendo no território” (Estrada, 2014, p. 131).

¹⁹ “James Addison Baker III. Exerceu várias funções na diplomacia dos EUA. Foi por exemplo, o 61º Secretário de estado norte-americano desde 20 Janeiro de 1989 a 23 de Agosto de 1992” (Ferreira, 2012, p. 48).

²⁰ “Esta primeira fase do *Houston Agreement* ficou também conhecida como *Baker I, Framework Agreement* ou ainda *Houston Accords*” (Ferreira, 2018, p. 18).

Após novas tentativas de resolução do impasse, as partes (Marrocos e Frente Polisário) propõem de forma individual seus projetos resolutivos à ONU em 2007. O Marrocos em seu plano propõe a autonomia saarauí, mas dentro do quadro de soberania marroquina. A Frente Polisário, por outro lado, reafirma seu desejo de autodeterminação, oferecendo garantias econômicas e de segurança ao Marrocos (Estrada, 2014).

A questão do Saara Ocidental ainda se mantém sem solução até hoje, devido a inúmeras discordâncias e desentendimentos entre as partes envolvidas.

Pode se verificar, portanto, que a situação do Saara Ocidental pouco ou nada se alterou em termos práticos, ou seja, esse território continua a ter praticamente os mesmos problemas que tinha quando começou a luta pela independência e o “povo saarauí apesar de continuar agora a sua luta política, pouco ou nada tem ganho nos últimos tempos, pois Marrocos, continua a ocupar um território que não tem direito” (Ferreira, 2012, p. 54).

Importante ressaltar que, em novembro de 2020 o Marrocos acaba por descumprir o cessar-fogo assinado em 1991 quando então promove um ataque à região da chamada “fenda de Guerguerat”, que fica na parte sul do Saara Ocidental, onde civis saarauís protestavam contra a ocupação marroquina no local alegando ser este um “corredor ilegal para saquear” as riquezas do seu território²¹. Diante disso, e sem haver qualquer reação por parte da ONU em relação ao ataque, a Frente Polisário declara “estado de guerra” e retoma a luta armada contra o Marrocos, após mais de 30 anos de cessar-fogo (Souto, 2021).

Apesar de perdurar por mais de quatro décadas e apresentar diversas nuances, este conflito permanece relegado ao esquecimento internacional (Morais & Moreira, 2020). O fato de ter entrado de forma tardia na cena política internacional acabou por trazer várias implicações para o seu status atual (Filho, 2010, p. 3). Assim sendo, resta ao povo saarauí continuar acreditando que no passar dos anos e com o esforço de alguns Estados pertencentes à União Europeia, a situação possa finalmente ser resolvida e que a RASD deixe de ser apenas um governo no exílio para se tornar um governo estabelecido em seu próprio território, o Saara Ocidental.

2.4 A fuga para o exílio

Entre o final de 1975 e o início de 1976, uma triste onda de deslocamento forçado abateu-se sobre muitos saarauís, especialmente mulheres, crianças e idosos, obrigados a fugir do seu próprio território. Isso ocorreu em resposta aos ataques aéreos promovidos pelo Marrocos, que

²¹ Una Mirada al Sáhara Occidental (2022).

utilizaram bombas de napalm e fósforo branco, resultando em muitas vítimas. Este triste episódio resultou em milhares de saarauís buscando refúgio no deserto, em particular na região fronteiriça com a Argélia, onde encontraram acolhimento por parte do governo argelino (Estrada, 2014).

Os primeiros acampamentos de refugiados foram construídos na região de Tindouf, no sudoeste da Argélia, onde até hoje os saarauís estão a viver. Importante ressaltar que a tarefa de construir e organizar os acampamentos, que seriam teoricamente temporários, ficou a cargo das mulheres, enquanto os homens combatiam na linha de frente da guerra (Estrada, 2014). Foram as mulheres as responsáveis por dar início à construção de uma infraestrutura básica para que as pessoas pudessem viver de forma minimamente digna, sendo elas as responsáveis pela sobrevivência do povo saarauí no exílio²².

Desde o início da nossa luta, depois da fuga da população para os campos de refugiados, podemos dizer que foi aí que as mulheres saarauís tiveram o início da sua presença significativa na sociedade, porque foram elas que basicamente construíram os campos de refugiados. [...] Quando digo construir os campos de refugiados, refiro-me à construção de escolas, à construção de jardins de infância e à construção de centros médicos para ajudar os homens que vinham da frente de batalha e para prestar assistência médica às mulheres e crianças. Então, basicamente, as mulheres saarauís construíram o que hoje conhecemos como campos de refugiados saarauís. [...] Basicamente, pode-se dizer que a gestão interna e administração dos campos estava nas mãos das mulheres saarauís (Qadira) (Fernandes, 2023, p. 42. Tradução da autora).

Os acampamentos de refugiados foram divididos primeiramente em quatro grandes *wilayas* (regiões), quais sejam: *El Aaiún, Dakhla, Smara e Auserd*. Todos esses nomes remetem às cidades do Saara Ocidental. Posteriormente, foi criado o quinto acampamento, batizado de 27 de fevereiro, em homenagem à proclamação da RASD. Esta estrutura foi criada para facilitar a organização administrativa e política da RASD e da Frente Polisário (Belloso and Azkue, 2009; Coconi, 2008; Lippert, 1992).

Nos campos de refugiados, sob a administração da Frente Polisário e ajuda da Argélia, os saarauís passam a viver em condições precárias, pois, como bem explica Miguel (1995, p. 135),

²² “Since most of the men were fighting, the women, following Sahrawi tradition, maintained the camp” (Lippert, 1992, p. 647).

a região de Tindouf é considerada um dos lugares mais inóspitos no deserto. “A região dos acampamentos na ‘Hamada’²³ argelina tem um clima severo, a terra não é fértil e é isolada” (Morais & Moreira, 2020, p. 70). A situação dos campos de refugiados era muito complicada, pois não havia qualquer tipo de saneamento básico, a oferta de comida era escassa, havia epidemias infantis, entre outros problemas (Justo, 2013; Lippert, 1992). No início, a população que vivia nos campos de refugiados em Tindouf não recebia ajuda das organizações internacionais, como a Cruz Vermelha e o ACNUR, ficando na dependência dos recursos concedidos pelo governo argelino. Com o tempo, as ajudas internacionais começam a chegar e as condições de vida nos acampamentos começam a melhorar. Alguns países e organizações internacionais, como a ONU, através do ACNUR, começam a dar apoio à população saarauí refugiada (Justo, 2013).

Em relação ao auxílio internacional e à cooperação com a população saarauí refugiada, pode-se verificar, num primeiro momento, que a ajuda humanitária para os refugiados advinha basicamente de países parceiros da causa saarauí, como, por exemplo, Cuba e Argélia. Posteriormente, as organizações e agências internacionais, como o ACNUR, o Programa Mundial de Alimentos, União Europeia e algumas organizações não governamentais europeias, dão início a programas de assistência e desenvolvimento aos refugiados. Já em outro momento, pode-se verificar o aumento da importância das ONGs europeias, especialmente as italianas e espanholas, e também da própria sociedade civil no abastecimento dos campos de refugiados em Tindouf (Fuentes et al., 2013). Todas essas ajudas se tornam fundamentais, pois acabam por prover à população saarauí bens essenciais (água, alimentos, tendas, materiais de higiene, entre outros) para manutenção de uma vida minimamente digna dentro dos campos de refugiados (Rossetti, 2011).

Num primeiro momento, todos os esforços foram direcionados para a criação e organização dos acampamentos, cuja sobrevivência dependia na maioria da ajuda externa. A maioria dos recursos vinha da ajuda humanitária internacional e a distribuição, normalmente, ficava a cargo das mulheres, ao invés dos trabalhadores humanitários estrangeiros. Desde que os campos de refugiados foram estabelecidos na Argélia, as mulheres tiveram a responsabilidade de distribuir de forma igualitária a ajuda emergencial entre a população. Reconhecendo que somente por meio de atividades produtivas os refugiados podem recuperar sua autonomia econômica e garantir sua subsistência, as mulheres desempenharam um papel fundamental na promoção e

²³ “Literalmente ‘meseta’, região do deserto do Saara, especificamente em Draa, se caracteriza pela concentração das altas temperaturas” (Justo, 2013, p. 271. Tradução da autora).

implementação de atividades de promoção de geração de renda dentro dos acampamentos (Belloso & Azkue, 2009).

Mas o que era para ser temporário passa a se tornar algo cada vez mais duradouro. Quando a população saarauí percebe que o referendo de 1992 não iria acontecer, os acampamentos começam a se transformar e as tendas dão lugar a “casas de adobe, os acampamentos transformam-se em pequenas cidades, os homens voltam para casa... à medida que a espera se prolonga, o que foi erguido provisoriamente começa a tornar-se duradouro” (Justo, 2013, p. 274. Tradução da autora).

Além de terem sido forçados a deixar o seu território e estarem até hoje vivendo em campos de refugiados, os saarauís ainda têm que enfrentar o problema da falta de uma nacionalidade, pois, apesar de fazerem parte da RASD e se identificarem como uma nação, são considerados apátridas. Isto porque, a RASD mesmo sendo reconhecida por mais de 80 Estados, não é reconhecida de fato no sistema internacional. Essa situação e inúmeras outras pelas quais o povo saarauí tem que passar demonstram uma grave violação aos direitos humanos, em especial ao direito à nacionalidade, que está previsto no artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)²⁴ (Morais & Moreira, 2020).

Apesar de estarem vivendo em campos de refugiados, em condições de instabilidade, os saarauís, desde as gerações mais velhas às mais novas, mantêm um sentimento nacionalista e luta pela autodeterminação do seu povo (Morais & Moreira, 2020). Esse é, portanto, um problema internacional antigo que continua afligindo milhares de pessoas que são obrigadas a sobreviver em campos de refugiados em condições incertas e precárias (Filho, 2010).

²⁴ International Declaration of Human Rights - Article 15, 1. Everyone has the right to a nationality. 2. No one shall be arbitrarily deprived of his nationality nor denied the right to change his nationality (UM, 1948).

CAPÍTULO 3

O protagonismo da mulher saarauí e a sua participação política

“Uma mulher com imaginação é uma mulher que não só sabe projetar a vida de uma família, a de uma sociedade, mas também o futuro de um milénio”

(Rigoberta Menchú. Tradução da autora).

3.1 A mulher saarauí na sociedade pré-colonial

No presente capítulo, será explorada a importância da mulher na sociedade saarauí antes das transformações ocorridas durante o período colonial espanhol. Faz-se necessário abordar historicamente a participação feminina na sociedade saarauí para compreender como isso impactou diretamente o envolvimento das mulheres na luta pela autodeterminação do seu povo, bem como na luta pela igualdade de gênero. Portanto, o que se busca neste momento é ressaltar que, a grande presença e reconhecimento da mulher saarauí não se limita apenas às suas experiências na RASD e nos campos de refugiados, mas também na sua participação nas tradições do seu povo, refletindo em sua história como nômades, onde as mulheres sempre foram respeitadas e tratadas de forma mais equânime (Belloso e Azkue 2009).

O intuito neste momento é destacar que a forte presença e o papel significativo das mulheres saarauís não são algo novo, mas sim uma continuidade de suas contribuições ao longo do tempo, o que desempenha um papel importante na compreensão da sua atuação presente e no entendimento das raízes da luta pela autodeterminação do território do Saara Ocidental e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Na sociedade pré-colonial saarauí, as mulheres desempenhavam um papel de fundamental importância na economia e nas tradições culturais da sua comunidade. Elas participavam ativamente da agricultura e da criação de animais, bem como da criação dos filhos e no gerenciamento das atividades domésticas. Segundo Belloso e Azkue (2009), o grande respeito que as mulheres têm dentro da sua comunidade tem relação com a posição geográfica habitada

pelo povo saarauí. Isto porque, constituiu-se uma “ponte” entre duas realidades históricas e culturais distintas, quais sejam: a região norte-africana e a África subsaariana.²⁵

Considerando a mistura das culturas, a árabe e a berbere, a mulher saarauí aparece com uma posição singular dentro do mundo muçulmano. Isto porque, a tradição beduína conferiu historicamente às mulheres um papel importante no controle das propriedades coletivas e no funcionamento das comunidades nômades. Isso se reflete em uma estrutura familiar matriarcal e matrilocal, onde as mulheres desfrutam de uma posição dominante na família e na comunidade, proporcionando-lhes maiores liberdades e mais direitos dentro da sociedade (Belloso & Azkue, 2009).

Dentro da sociedade saarauí não havia segregação por gênero, permitindo que as mulheres tivessem total liberdade de movimento. Era comum compartilhar espaços públicos e privados com os homens (Coconi, 2008). Além disso, as mulheres saarauís desfrutavam da liberdade de ir e vir sem acompanhamento e de receber visitantes, seja do sexo masculino ou feminino, nos períodos de ausência dos homens de sua família ou maridos, sem que houvesse necessidade de permissão para isto. Essas práticas, comuns na sociedade saarauí, seriam consideradas impensáveis para os demais povos muçulmanos que viviam próximos àquela região do Saara Ocidental (Belloso & Azkue, 2009; Juliano, 1998).

Ao longo da história de vida nômade saarauí, as mulheres sempre tiveram uma presença destacada na sociedade e assumiram posições de liderança. A estas mulheres foram reservados amplos espaços de atuação, característica esta que pode ser explicada, em parte, pela cultura nômade que acabava por forçar a ausência prolongada dos homens (Escoda, 2013).

A diferença entre as outras sociedades muçulmanas e árabes é que as mulheres saarauís podiam herdar propriedades e ter seus próprios meios de subsistência, independentemente de seus pais, irmãos e maridos, além disso, elas tinham um papel fundamental dentro da tribo. “Como a maioria dos homens passava muito tempo longe das *Frigs*, lutando ou negociando, as mulheres acabavam assumindo a maioria da responsabilidade. Além disso, se uma decisão fosse tomada na tribo, elas é que deveriam ser consultadas” (Escoda, 2013, p. 13. Tradução da autora).

²⁵ “Given that Sahrawi women are inhabitants of a geographical area that constitutes the bridge between two different historical and socio-cultural realities (North Africa and Sub-Saharan Africa) and given that they integrated both the Arab and the Berber ethnic tradition, they have developed adaptation strategies of diverse cultural contents which differentiate them from other Muslim women. The beduine tradition (Arab nomads) always assigned a decisive role to women in the management of assets and in the functioning of nomad communities” (Belloso & Azkue, 2009, p. 165).

Como explica Souto (2021), “numa sociedade nómade, a colaboração de todos os membros da família é algo precioso, o que conferiu às mulheres um papel mais ativo do que aquele que lhes correspondia noutras sociedades muçulmanas sedentárias” (p. 30. Tradução da autora).

Cabia também às mulheres a responsabilidade sobre a fabricação, montagem e manutenção das *jaimas*²⁶. As jovens saarauís, quando próximas da idade de se casar, iniciavam a fabricação das suas próprias tendas, com a ajuda das mulheres da sua família ou amigas. Em decorrência das tradições saarauís, as *jaimas* seriam de propriedade da mulher, tendo em vista terem sido elas que empreenderam todos os esforços para a construção da tenda. Assim, mesmo nos casos de divórcio ou falecimento do marido, a *jaima* e os demais bens domésticos continuariam como patrimônio da mulher e estariam em sua posse para todos os lugares aonde fosse (Rossetti, 2011).

Convém destacar que a participação das mulheres na sociedade também era presente na esfera política. Existem registros históricos que evidenciam a participação direta das mulheres nas reuniões da mais alta esfera política e social da sociedade saarauí, a “*Ait Arbeen*”²⁷. Nestas reuniões, eram discutidos os aspectos relacionados com a *Frig* e com toda a sociedade saarauí (Escoda, 2013; Rossetti, 2011).

Outro aspecto interessante sobre a sociedade saarauí, que acabou por refletir no tratamento igualitário e respeitoso para com as mulheres, é a interpretação que este povo faz do Islã²⁸. Os saarauís entendem que o Islã é um conjunto de tradições que deve ser exercido conforme foi criado originalmente, ou seja, sem discriminação de gênero, buscando enfrentar as injustiças e com forte conteúdo político. Para os saarauís, o Islã promove o respeito às mulheres e outras sociedades que utilizam o Corão como forma de dominação feminina o interpretam equivocadamente²⁹. Seguindo sua compreensão do Islã, “as mulheres saarauís seguem exemplos de heroínas do Alcorão, como Aisha, Fátima³⁰ e Zainab, a fim de encorajar e

²⁶ “The haima (tent) is still today the most important symbol of the nuclear society, the family, and it is the woman’s responsibility. Family is still at the top of Saharawi values; it is the place where the woman express her nurturing role and seals moral codes and Saharawi traditions into future generations” (Rossetti, 2011, p. 39).

²⁷ “There are accounts of women participating in the ait arbeen meetings, the highest political and social institution in Saharawi tribal society” (Rossetti, 2011, p. 43).

²⁸ “Saharawi people follow a traditional, moderate interpretation of Islam, the Sunnite Malekite doctrine, which tends to make religion a very personal issue” (Rossetti, 2011, p. 37).

²⁹ Sobre o estatuto da mulher no direito islâmico ver artigo: La mujer en el conflicto del Sahara Occidental (Souto, 2021).

³⁰ “Fatimah bint Muhammad, in her representation, at the beginning as a daughter and then as a wife, is an allegorical figure used to provide an identity to Muslim women and to symbolize a standing example on how to behave as a Muslim Woman” (Rosati, 2018, p. 16).

justificar religiosamente um papel ativo e importante para as mulheres na esfera política” (Rossetti, 2011, p. 38. Tradução da autora).

Percebe-se, portanto, que a mulher saarauí já possuía dentro da sociedade nômade diversos direitos, como, por exemplo, o divórcio e a herança, direitos estes negados durante muito tempo nas sociedades ocidentais consideradas modernas e mais avançadas. Vale a pena lembrar que a numerosa participação das mulheres saarauís na sociedade, a consideração e o respeito que tem perante a sua comunidade, não se deve ao conflito armado dos últimos anos e nem à criação da própria RASD, mas é algo que está enraizado na história do povo saarauí, onde a mulher era considerada, respeitada e contribuía para a sua sociedade tanto quanto qualquer outro de seus membros (Escoda, 2013).

3.2 A mulher saarauí e o período colonial (1884 – 1976)

Durante o período colonial, diversas mudanças começaram a ser sentidas no contexto da sociedade nômade saarauí. E muitas dessas mudanças começaram quando da descoberta das reservas de fosfato no território do Saara Ocidental, por ser necessária mão de obra para dar início aos trabalhos de exploração das minas. Para suprir tal demanda, a Espanha inicia, na década de 1960, a implementação de medidas coloniais que favoreceriam a sedentarização da população nômade no território saarauí (Bengochea, 2013; Martín, 2014). O processo de sedentarização e ocidentalização feito pelos espanhóis promoveu uma transformação muito grande na sociedade saarauí que acabou por trazer muitas consequências, dentre elas a perda de muitos direitos, principalmente para as mulheres (Polo, 2012).

Uma das principais mudanças vividas no modo de vida saarauí, segundo Polo (2012), foi a separação entre o público e o privado, que na sociedade nômade saarauí não era bem delimitado, pois as mulheres controlavam as economias de subsistência e possuíam uma grande autonomia, em um contexto em que não existia uma evidente distinção de gênero.

Neste novo cenário, os homens entram neste circuito econômico e produtivo, passando a ser a mão de obra das principais atividades de exploração das minas de fosfato. A partir desse momento, o papel da mulher saarauí começa a mudar e “se na sociedade nômade desempenharam um papel fundamental como produtoras e gestoras comunitárias, neste novo contexto passam a depender exclusivamente de quem será o novo chefe da família” (Escoda, 2013, p. 8. Tradução da autora).

Não obstante, isso, a população nativa, que até aquele momento não estava submetida a nenhum poder central, acaba por ter que viver sob a administração da Espanha, da qual

deveriam submeter-se a todas as exigências desta potência colonizadora. Assim, os homens deixaram de ser pescadores e pastores, para tornarem-se trabalhadores das minas e pedreiros, bem como abandonaram o uso dos camelos para conduzirem veículos de quatro rodas (Polo, 2012). Como o sistema econômico colonial estava ligado ao atingimento de metas de produtividade, sendo a capacidade física considerada neste momento um critério decisivo para a inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho, os critérios de sexo e idade foram decisivos para a contratação da mão de obra. Assim, as mulheres e os idosos começaram a ser deixados fora das atividades produtivas e tal situação acabou por ignorar e alterar as dinâmicas sociais e econômicas da sociedade saarauí (Polo, 2012).

Com o processo de colonização, pôde-se verificar uma involução na posição social que as mulheres saaraúis ocupavam na sociedade, especialmente na autonomia e liberdade que desfrutavam quando ainda eram nômades.

É importante salientar que o projeto de colonização espanhol tinha por escopo não somente a sedentarização da população local, como também a implementação de diferentes conceitos sobre as questões de gênero. Para concretizar seus ideais, foi implementado um órgão governamental espanhol conhecido como Seção Feminina de Falange Espanhola (Bengochea, 2010). Tal Seção Feminina tinha uma visão sobre a mulher saarauí que “incluía uma clara dimensão de gênero, definindo quais deveriam ser as suas características com base no sexo, mas também fazia parte de toda uma construção que as definia como indígenas, muçulmanas, ignorantes” (Bengochea, 2010, p. 26. Tradução da autora).

No final da década de 1950, o governo de Francisco Franco decide expandir as atividades da Seção Feminina de Falange Espanhola para as colônias africanas sob seu poder, especialmente para o Saara Ocidental. O objetivo para tal era mostrar aos colonos a boa vontade do governo espanhol para com as suas colônias, bem como implementar programas de ensino que tinham como objetivo transmitir a política de gênero do regime franquista e com isso disseminar a cultura espanhola nos territórios dominados (Martín, 2014).

Uma das primeiras escolas da Seção Feminina foi inaugurada em maio de 1964 na cidade de *El Aiún* (maior cidade do Saara Ocidental), tendo como sua Diretora Concepción Mateo Merino³¹. Aos poucos, as atividades da instituição foram se espalhando para outras cidades no território saarauí (*Daora, La Güera e Bú-Cráa*). As escolas da Seção Feminina atuavam,

³¹“Conselheira Central dos Presidentes Itinerantes da Delegação da Secção Nacional destacada para a área e posteriormente responsável pela Secção Feminina no Sahara Ocidental” (Martín, 2016, p. 258. Tradução da autora).

basicamente, em três diferentes áreas: atividades voltadas para as jovens nativas; saúde e assistências sanitárias; e formações culturais e educativas (Bengochea et al., 2021).

Segundo os estudos de Bengochea (2013), sobre a atuação da Seção Feminina no território do Saara Ocidental, a Espanha não via com bons olhos o poder e a importância das mulheres saarauís na sociedade. O referido autor mostra em seu texto um relatório realizado pela Diretora da Seção Feminina, Concepción Mateo Merino, no ano de 1963, quando da implementação da referida instituição em território saarauí. Neste relatório, há uma tentativa de explicar à metrópole a relação de gênero que existia na sociedade saarauí. Tal relatório descrevia que:

[...] Homens: [...] eles fazem tarefas domésticas normais. De tal forma que são melhores para o serviço doméstico do que as mulheres. São monogâmicos, embora mudem de esposa com muita frequência, embora nem sempre repudiem as suas esposas; em muitas ocasiões, são as mulheres que se separam dos seus maridos por iniciativa própria. Mulheres: Conhecidas por serem brinquedos de homem, então muito caprichosas e preguiçosas. Quase só sabem fazer tecidos de lã de camelo para cobrir as tendas. Amigos e parentes estão sempre reunidos tomando chá. Casam-se aos 12 ou 13 anos e este primeiro casamento é arranjado pelos pais em troca de pedirem ao marido um camelo, cabras, etc. Mais tarde, a mulher pode procurar outro marido, uma vez que tenha solicitado uma espécie de divórcio. (Bengochea, 2013, p. 126. Tradução da autora).

Para a Espanha, este sistema de gênero deveria ser corrigido e, portanto, ser enquadrado nos moldes daquele entendido como o “correto” dentro da sociedade espanhola. Para isso, o governo franquista dá total apoio à implementação definitiva da Seção Feminina no Saara Ocidental (Bengochea, 2013). Parte do relatório acima descrito tinha como objetivo demonstrar que a autonomia das mulheres saarauís era algo inconcebível e negativo (Martín, 2016).

Para Rocío Martín (2016), este relatório e outros, tinham certo discurso salvacionista no sentido de justificar a colonização no território, bem como “libertar” as mulheres saarauís “da ignorância, falta de higiene, status de objeto, etc. Tudo isto significou uma tentativa clara de encaixar as mulheres saarauís mais sedentárias aos padrões de gênero do nacional-catolicismo” (p. 259. Tradução da autora).

Saliente-se que o projeto de modernização do território do Saara Ocidental pela Espanha acabou por criar uma divisão dentro da sociedade saarauí, uma ruptura “entre a matriz árabe-beduína original e a nova realidade urbano-proletária” (Huguet, 2013, p. 10. Tradução da

autora). Assim, ao se verificar a posição feminina na sociedade, começa-se a ver dois modelos distintos, quais sejam: o modelo berbere-nômade e o recente árabe-sedentarizado (Huguet, 2013). Com isso, o papel da mulher saarauí na sociedade transforma-se completamente e durante a fase de sedentarização “a população saarauí nos locais criados pelos espanhóis, mostra a mulher saarauí como uma típica mulher árabe, recolhida em espaços reservados, sujeita à lei do marido, sem fala e sem cultura” (Huguet, 2013, p. 10. Tradução da autora).

No entanto, essa transformação não influenciou a capacidade de ação das mulheres saarauís e muito menos sua independência. Portanto, aquela “reclusão” doméstica sentida pelas mulheres acabou por influenciar a participação feminina na esfera pública, como explica Escoda (2013):

Isto gerou uma dinâmica de confinamento simbólico das mulheres na esfera doméstica que teve obviamente repercussões no campo da participação pública. Contudo, e apesar disso, a maioria das mulheres esteve envolvida em ações de militância política contra a colonização espanhola, quer nos bastidores, quer em ações diretas nas ruas (pp.8-9. Tradução da autora).

Levando em consideração todas as transformações vividas pelas mulheres saarauís durante o período colonial, foi natural a elas unirem-se e tornarem-se um dos principais alicerces do movimento revolucionário pela busca da autodeterminação do seu povo, bem como na luta pela manutenção da igualdade de gênero.

3.3 As mulheres e o conflito do Saara Ocidental

Como destacado anteriormente, as mulheres vêm ao longo da história participando de forma ativa nos conflitos armados. No caso das mulheres saarauís não foi diferente, pois desde o período colonial elas têm participado de maneira ativa na causa do Saara Ocidental, comprometendo-se com a luta pela libertação do seu povo e com a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Mesmo antes da fundação da Frente Polisário, as mulheres já desenvolviam tarefas importantes no trabalho de sensibilização, articulação (de forma clandestina) e divulgação dos ideais revolucionários do movimento, ainda inicial, de libertação do povo saarauí do

colonialismo espanhol³² (Bengochea et al., 2021; Martín, 2014). As mulheres saarauís resistiram ativamente contra os invasores estrangeiros, participando diretamente em movimentos de resistência contra os espanhóis durante as décadas de 1930, 1957, 1958 e nos anos finais da década de 1960 (Lippert, 1992). Vale ressaltar que a participação feminina nestes movimentos também teve por escopo abordar questões relativas aos direitos das mulheres, integrando-os às reivindicações nacionalistas.

Inicialmente, o envolvimento das mulheres nos movimentos nacionalistas era informal. Mas, como destaca Bengochea (2013), há registros da participação feminina já no primeiro Congresso da Frente Polisário, não em questões táticas, mas em assuntos técnicos, como, por exemplo, no *design* dos cartões dos afiliados do movimento. Essa presença inicial mostra de forma gradual a formalização e o reconhecimento da contribuição das mulheres saarauís em diversos aspectos do movimento.

Durante o período de luta revolucionária, as mulheres começam a reconquistar ativamente sua presença nos espaços públicos, algo que lhes foi tolhido durante o período colonial. Esse movimento marcou o início da recuperação da autonomia das mulheres e seu status na sociedade. A participação feminina foi muito importante na organização de comícios, nas manifestações e revoltas. Algumas mulheres, inclusive, assumiram papéis como guerrilheiras, combatendo na linha de frente com a Frente Polisário (Bengochea, 2013).

Dentro do espaço privado de suas casas, as ativistas recrutavam novos militantes, acolhiam guerrilheiros/as, escondiam armas, confeccionavam bandeiras (Bengochea et al., 2021) e “acima de tudo, criaram grupos de sensibilização política, bastante próximos, na sua metodologia, dos grupos de autoconsciência feminista da época em outras partes do mundo” (Martín, 2016, p. 265. Tradução da autora).

Em virtude desta participação ativa das mulheres na luta pela libertação do seu povo, a Frente Polisário apoiou expressamente tal participação e “prometeu papéis expandidos para as mulheres em um Saara Ocidental liberado como uma importante direção política da República Árabe Democrática Saarauí” (Lippert, 1992, p. 637. Tradução da autora). Assim, desde a sua criação, a Frente Polisário estava convencida de que “a participação das mulheres devia ser promovida, dado que o seu ativismo constituía um fator essencial de mobilização a favor da luta revolucionária” (UNMS, 2011, conforme citado por Martín, 2014, p. 895. Tradução da autora).

³² “Especificamente, destaca-se a participação ativa na Intifada Zemla em 17 de junho de 1970 e a participação de algumas mulheres na guerrilha como Leila Khaled” (Martín, 2014, p. 895. Tradução da autora).

Enquanto os homens lutavam contra a ocupação do território pelo Marrocos e pela Mauritânia, as mulheres ficaram encarregadas de construir e organizar os campos de refugiados. Elas exerceram um grande papel na retaguarda, pois com seu trabalho conseguiram garantir a organização política e social dos acampamentos, dando grande suporte ao governo da RASD e ao movimento de libertação (Barona, 2016).

Segundo Martín (2014), a participação das mulheres no movimento de libertação pode ser vista em três etapas distintas. Na primeira etapa, que corresponde ao período de 1973 a 1976, as mulheres da Ala Feminina da Frente Polisário³³ fizeram um trabalho de fundamental importância na articulação e sensibilização política de outras mulheres. Já a segunda fase (1976 a 1985) constituiu um grande desafio para as mulheres, pois é neste período que os acampamentos de refugiados começam a ser erguidos e as mulheres passam a assumir responsabilidades sociais e políticas que jamais haviam exercido (Souto, 2021). As mulheres encarregaram-se da administração e organização dos acampamentos, bem como da gestão da esfera familiar e pública, visto que os homens lutavam na guerra. A terceira etapa (1985) é caracterizada pelo primeiro Congresso da União Nacional das Mulheres Saarauís (UNMS), cujo escopo era garantir as conquistas que as mulheres tiveram durante o período revolucionário (Martín, 2014).

Convém ressaltar que o engajamento feminino ganhou mais força a partir de 1974, quando foi realizada uma Conferência Nacional sobre as mulheres saarauís, presidida por El Ouali Mustafa Sayed³⁴, primeiro secretário geral da Frente Polisário. As mulheres constituíam um dos três principais grupos de recrutamento do partido³⁵, juntamente com os trabalhadores e estudantes. Estes pequenos grupos, organizados em pequenas células, foram responsáveis pela mobilização da população saarauí junto à Frente Polisário (Lippert, 1992; Martín, 2014; Rossetti, 2011). Ainda durante a Conferência de 1974 foi criada a União Nacional das Mulheres Saarauís (UNMS), cujo objetivo dos fundadores era "contribuir para a consciência nacional, ajudar na mobilização de esforços pela independência, trabalhar pela emancipação das mulheres e libertar a mulher saarauí das consequências do colonialismo" (Lippert, 1992, p. 641. Tradução da autora).

³³ "A verdade é que as mulheres entraram na Frente Polisário desde a sua fundação. Já em 1974, ações realizadas especificamente por mulheres começaram a ser organizadas no que passou a ser chamada de Ala Feminina. As militantes representaram um pilar fundamental do movimento nacionalista" (Bengochea, 2018, p. 171. Tradução da Autora).

³⁴ Una Mirada al Sáhara Occidental. (2023).

³⁵ "Durante o período da Ala Feminina da Frente, o trabalho de articulação e conscientização política das mulheres foi fundamental. No que diz respeito à criação da Frente Polisário e à participação política e social das mulheres saarauís, a UNMS afirma que as mulheres saarauís constituíram potencialmente uma das principais forças sociais que responderam ao apelo da Frente Polisário" (Martín, 2014, p. 898. Tradução da autora).

Em 1975, a atuação das mulheres ficou ainda mais evidente, pois, durante uma missão de visita da ONU ao território do Saara Ocidental (Saara Espanhol, na época) para determinar se o povo saarauí queria a independência do território ou sua anexação ao Marrocos, ou a Mauritânia, grupos de mulheres prepararam um grande movimento para recrutar mulheres para as manifestações, prepararam bandeiras da Frente Polisário e organizaram grupos especiais em todas as principais cidades do território para reivindicar à ONU a libertação do povo saarauí do colonialismo espanhol (Bengochea, 2013; Lippert, 1992). Muitas dessas mulheres que ingressaram na Frente Polisário por meio da UNMS, o fizeram contra a vontade de seus familiares, principalmente dos homens, pois estes temiam que elas podiam sofrer algum tipo de represália, como já havia acontecido em manifestações anteriores (Lippert, 1992).

Quando as forças marroquinas e mauritanas iniciam a invasão ao território do Saara Ocidental, em novembro de 1975, um pouco antes da transferência do poder administrativo pelos espanhóis a esses dois países, algumas mulheres saarauís que faziam parte da Frente Polisário e da UNMS se juntaram ao Exército Popular de Libertação Saarauí para poder ajudar a defender o seu território. Essas mulheres ajudaram na evacuação das cidades, bem como esconderam a população saarauí, principalmente os idosos, as crianças e outras mulheres que não combatiam na linha de frente, dos ataques bombardeiros marroquinos. Ficou a cargo das guerrilheiras saarauís e das militantes da UNMS a fuga das pessoas das principais cidades do Saara Ocidental para se refugiarem no deserto. Foram estas mulheres que organizaram os acampamentos, proporcionando abrigo, suprimentos e proteção para a população refugiada, garantindo, dessa forma, a sobrevivência do seu povo e a reconstrução da nação saarauí no exílio (Escoda, 2013; Lippert, 1992).

Com a população saarauí já instalada nos acampamentos, as mulheres começam a se organizar e avançar para uma posição política mais expressiva, expandindo sua participação para além dos espaços privados, tornando cada vez mais evidente a sua própria luta como mulheres.

Neste processo de reorganização e fortalecimento, constituem-se como parte ativa na campanha diplomática conduzida pela Frente Polisário, promovendo o empoderamento na luta pela liberdade do seu povo e na de si mesmas como mulheres saarauís, tanto localmente quanto internacionalmente. E assim, chegamos ao momento em que o empoderamento das mulheres saarauís começa a ganhar força, fase em que as mulheres colhem muitas conquistas,

tanto no pleno funcionamento dos campos, como na elevada participação em todas as esferas (Barona, 2016, p. 113. Tradução da autora).

Após 16 anos de conflito armado, as mulheres saarauís acabaram por assumir a direção da sua sociedade e durante esse período elas também tiveram a oportunidade de assumir tarefas nunca assumidas, como, por exemplo, a tomada de decisões relativas às questões da vida pública (Escoda, 2013). Como forma clara de resistência à colonização, as mulheres saarauís nunca se situaram como vítimas passivas (Belloso & Azkue, 2009), mas ao contrário, elas se posicionaram como sujeitos políticos, promotoras da paz “diluindo suposições essencialistas e estereotipadas na estrutura local e internacional” (Fuentes et al., 2013, p. 21. Tradução da autora), bem como desenvolveram estratégias para resistir e minimizar os impactos do conflito.

3.4 União Nacional das Mulheres Saarauís

Criada no ano de 1974 “como organização de massas dentro do Movimento de Libertação da Frente Polisário” (Martín, 2014, p. 895. Tradução da autora), a União Nacional das Mulheres Saarauís (UNMS) nasceu da necessidade de unir e envolver todo o povo saarauí na luta pela autodeterminação do território do Saara Ocidental, bem como representar e defender os direitos das mulheres, sensibilizando e tornando visível a participação feminina nas esferas política, social, cultural e profissional na sociedade.

A UNMS acredita na importância do papel da mulher na promoção e desenvolvimento da sociedade e na construção de um futuro melhor através da implementação de programas de desenvolvimento em diferentes áreas, e na organização da promoção da sua participação em diferentes espaços: político, sociocultural e profissional, a fim de fazer da mulher um elemento eficaz na tomada de decisões e na construção de uma sociedade democrática, tolerante e com oportunidades iguais para todos (Sahara Occidental, 2023. Tradução da autora).

Vinculada à Frente Polisário, a UNMS concentra suas atividades principalmente nos acampamentos (Barona, 2016; Fuentes et al., 2013). Para exercer seu trabalho, a Organização estruturou-se “ao nível local, regional e nacional, em torno de quatro áreas de trabalho:

territórios ocupados e migrações, informação e cultura, formação política e profissional, e assuntos externos” (Belloso & Azkue, 2009, p. 164. Tradução da autora).

Através da UNMS, as mulheres saarauís têm buscado dois objetivos principais: a luta pela independência do seu povo e a luta pelas suas reivindicações como mulheres. Essa correspondência entre a luta pela libertação nacional e a busca pela igualdade de gênero é um fenômeno comum nos processos revolucionários (Juliano, 1998; Belloso & Azkue, 2009). E no caso do povo saarauí “as reivindicações de gênero são, de fato, uma parte importante da tradição específica que o povo saarauí deseja manter e um dos principais eixos da nova sociedade que estão construindo no exílio” (Belloso & Azkue, 2009, p. 164. Tradução da autora).

A UNMS desempenha um papel importante na sociedade saarauí ao promover a igualdade de gênero³⁶ e capacitar as mulheres para que estas possam enfrentar os desafios vividos em decorrência do conflito. A Organização também trabalha para ampliar a conscientização sobre os direitos das mulheres, promove a participação feminina nos processos de tomada de decisão e oferece apoio ao desenvolvimento econômico e social das mulheres (Chacón & Belloso, 2016). Seu comprometimento em fortalecer a participação cidadã feminina nas diversas esferas da sociedade saarauí a tornou uma das organizações mais importantes e influentes nos campos de refugiados (Heredia & Villalobos, 2019).

A presença da UNMS nos acampamentos é marcada pela existência de Casas de Mulheres em cada *wilaya*, que funcionam como espaços de formação para promover o debate e a reflexão sobre as questões relacionadas às políticas de dominação entre homens e mulheres (Chacón & Belloso, 2016). Em termos políticos, a UNMS adota uma estrutura hierárquica com líderes em vários níveis, eleitos democraticamente (cf. Figura 3.5), desfrutando de grande respeito por parte do governo da RASD e por toda a comunidade saarauí. Seu trabalho é desenvolvido com apoio de organizações internacionais que, por meio de projetos, promovem o financiamento de suas iniciativas (Heredia & Villalobos, 2019).

³⁶ “Uma conquista importante da UNMS foi a criação de um movimento feminista muçulmano incipiente, com nuances diferentes do feminismo ocidental, que luta pela igualdade real e não apenas formal de homens e mulheres” (Fuentes et al, 2013, p. 18-19. Tradução da autora).



Figura 3.5: Estrutura administrativa da UNMS.
 Fonte: Heredia & Villalobos, 2019, p. 50.

Internamente, a UNMS trabalha de forma ativa para melhorar o desenvolvimento das mulheres saaraúis, bem como melhorar a situação do seu povo. Além de sua presença nos acampamentos e na Frente Polisário, a UNMS destaca-se internacionalmente, colaborando na luta pelos direitos das mulheres, pelos direitos humanos e pela democracia (Rossetti, 2011).

A UNMS tem desempenhado um papel ativo em diversas organizações regionais e internacionais. Desde 1977, a UNMS é membro da União Geral das Mulheres Árabes, da Federação Mundial de Mulheres Democráticas e, desde 1980, da Organização Pan-africana das Mulheres. Além disso, a UNMS estabeleceu sólidas relações com inúmeras organizações não governamentais, entidades humanitárias, sindicatos e organizações políticas em todo o mundo. Mantém, ainda, parcerias significativas com partidos políticos e organizações dedicadas aos direitos das mulheres (Arso.org).

Além disso, merece destaque a recente conquista da UNMS ao obter plena adesão à Frente Única Internacional Anti-imperialista e Antifascista, uma organização internacional dedicada a tratar de diversas questões relacionadas à realidade e aos direitos das mulheres em todo o mundo. Esta conquista representa mais um passo importante da classe feminina, sob a liderança da UNMS, na amplificação de suas vozes e na promoção da luta do povo saarauí (Sahara Press Service, agosto de 2023).

Com mais de quatro décadas de atuação, a UNMS tem dedicado seus esforços não apenas à manutenção dos acampamentos, mas principalmente à promoção da educação³⁷, representação e liderança feminina (Heredia & Villalobos, 2019). Visando aumentar a conscientização das mulheres sobre questões de gênero, a Organização, com o apoio da Rede Vasca de Apoio as Mulheres Saaraúis, investe de modo considerável no desenvolvimento educacional, implementando planos de formação que abordam temas importantes como: Movimento Feminista e Movimento de Mulheres, Empoderamento Feminino, Liderança das Mulheres, Violência Contra as Mulheres, Saúde Sexual e Reprodutiva e Participação Política das Mulheres (Martín, 2016).

Como um órgão de representação política feminina comprometido com a construção de uma sociedade mais igualitária, a UNMS incluiu na agenda do seu VI Congresso Geral, realizado em 2011, a importância da participação das mulheres na vida política da sua comunidade. Neste mesmo Congresso, foi aprovado um Plano de Ação que, entre outros assuntos, apoiou a participação das mulheres nas esferas públicas por meio do sistema de quotas (Barona, 2016).

Como resultado dos esforços da UNMS, as mulheres alcançaram posições de destaque nas estruturas organizativas da Frente Polisário e do governo da RASD, liderando ministérios como Cultura, Educação, Formação Profissional, Função Pública e Emprego e Assistência Social e Promoção da Mulher (Fuentes et al., 2013). Estima-se que aproximadamente 12 mil mulheres sejam membros da UNMS, a maioria proveniente dos campos de refugiados, mas também incluindo mulheres das áreas ocupadas, áreas liberadas no Saara Ocidental e na diáspora, demonstrando, dessa forma, a dimensão da Organização (Rossetti, 2011).

Conforme destacado pela All-AfricanWomen's Revolutionary Union (R-AWRU), as mulheres saaraúis, lideradas pela UNMS, tem "uma história de mobilização que inspira orgulho, considerando sua plena integração na vida política e social da nação, e sua participação nos órgãos governamentais do estado saarauí" (Sahara Press Service, 2024. Tradução da autora).

Em última análise, a UNMS desempenha um papel de fundamental importância na vida das mulheres saaraúis, destacando-se como uma Organização que promove a inclusão feminina nos espaços políticos, profissionais, sociais e culturais. Seu objetivo é permitir que as mulheres

³⁷ "The moment Sahrawi population settled in refugee camps in Algeria, 90% of the population was illiterate. [...] in relation to social capacities, the most outstanding contribution of Sahrawi women to human development in refugee camps has been the promotion of universal education and training" (Belloso & Azkue, 2009, p. 167).

participem de forma ativa nas tomadas de decisão, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais igualitária (Fuentes et al., 2013).

3.5. Participação política das mulheres saarauís

Conforme destacado por Barona (2016), “a participação na vida política e pública de um país pode ser avaliada através da presença de mulheres nas instituições políticas” (p. 117. Tradução da autora). A autora observa que, no caso saarauí, as mulheres, seja na diáspora, nos territórios ocupados ou nos acampamentos, vêm ocupando a cada dia, de uma maneira mais presente, os espaços de representação política no governo da RASD.

Apesar de os cargos políticos do governo da RASD serem constituídos na sua grande maioria por homens, pode-se observar ao longo dos anos uma crescente presença feminina nos espaços de representação política, principalmente a nível local. “Na longa espera pela autodeterminação do seu povo, as mulheres trilharam um caminho rumo ao reconhecimento e à participação política” (Heredia e Villalobos, 2019, p. 46. Tradução da autora).

Martín (2016), em sua tese doutoral, explica que o ativismo político das mulheres saarauís teve origem na luta pela libertação do Saara Ocidental e pela falta de direitos do seu povo. Entrevistas realizadas pela pesquisadora mostram diferentes interpretações sobre o início deste ativismo.

As mulheres mais velhas responderam que, quando começou a colonização e a revolução, as da segunda geração aludiram ao momento em que, muito jovens, se afastaram das suas famílias para poderem estudar, adquirindo algum tipo de responsabilidades para a comunidade saarauí no estrangeiro. As mulheres mais jovens afetadas pela UMNS associaram a sua participação política às tarefas e/ou formação que aí desempenhavam (Martín, 2016, p. 333. Tradução da autora).

Como destacado anteriormente nesta pesquisa, as mulheres saarauís desempenham um papel fundamental na sociedade, sendo sua participação política fortalecida desde a criação da UNMS em 1974. A importância da participação feminina na esfera política da sociedade saarauí tornou-se ainda mais notória ao longo dos anos.

Em uma entrevista concedida a Rossio Martín em 2011, a Secretária Geral da UNMS, Fatma El Mehdi, explicou que as mulheres saarauís foram prontamente incorporadas nos

trabalhos diplomáticos da Frente Polisário. Esta rápida integração mostra não apenas a importância da participação feminina, mas também a aceitação e reconhecimento de suas habilidades e contribuições diplomáticas.

No Bureau Político da Frente Polisário, a partir de 74, as mulheres sempre foram membros deste Bureau Executivo, sempre tivemos representação, embora não seja uma representação importante, por exemplo, a primeira foi no I Congresso da Frente Polisário, onde foi apresentada uma moção sobre a importância da participação das mulheres, no segundo Congresso que foi em setenta e seis, foi eleita como membro da mesa executiva uma mulher que acabou por ser a primeira secretária da União Nacional das Mulheres Saarauís, sendo que no segundo Congresso já foram eleitas outras duas, no terceiro outras três, e assim, à medida que a participação tem aumentado, a participação das mulheres na organização política, nos seus altos escalões, tem aumentado. Nos primeiros anos, de setenta e três até quase setenta e seis, ou setenta e cinco, a União Nacional das Mulheres chamava-se Secção Feminina da Frente Polisário, e o seu trabalho centrava-se mais em dar a conhecer a Frente Polisário, dentro ou fora dos campos. As primeiras delegações que foram para o estrangeiro, segundo os fundadores, a primeira delegação foi enviada para a Líbia, conheceram Gaddafi, e nessa delegação estavam três mulheres, que falaram de todo o projeto político. E depois, no ano setenta e cinco, realizou-se uma conferência nacional, presidida por El Uali, o qual é o fundador da Frente Polisário, onde anunciou a criação oficial da União das Mulheres, chamava-se União das Mulheres Saarauís, onde a primeira estrutura, o primeiro grupo que funcionou como dirigentes da União Nacional das Mulheres Saarauís, principalmente a nível interno, onde eram responsáveis pelos municípios, as dairas (Martín, 2016, pp. 266 – 267. Tradução da autora).

No ano de 1987, Lippert (1992) pôde observar que as mulheres saarauís já representavam entre 70% e 80% dos Conselhos Populares das *dairas*, 45% a 70% dos Conselhos Populares das *wilayas* e mais de 50% no Congresso Popular Nacional. Além disso, dos vinte sete membros do *Political Bureau*, três eram mulheres: “a chefe eleita da UNMS, uma mulher *wali* da *wilaya* de Smara, e a ex-chefe da UNMS – duas das quais foram escolhidas pelo Congresso Popular Nacional e uma eleita pelos membros da UNMS” (1992, p. 645. Tradução da autora).

Ainda segundo as observações de Lippert (1992), “como as mulheres constituem a maioria da população adulta dos campos de refugiados, os congressos de base popular têm sido 90% femininos [...] os congressos nacionais têm envolvido um número significativo de mulheres” (p. 643. Tradução da autora).

Ao longo dos anos, as mulheres vêm conquistando um espaço cada vez mais significativo nas esferas políticas do governo da RASD, e boa parte dessa conquista tem relação com o trabalho desenvolvido pela UNMS.

Desde o cessar-fogo em 1991 e com a volta dos homens aos campos de refugiados, a UNMS passou a dedicar esforços significativos à promoção de uma participação mais igualitária das mulheres nas esferas políticas e nas tomadas de decisão.

Foi a partir deste momento que a UNMS assumiu o papel de defensora incansável da Agenda Mulheres, Paz e Segurança Nacional. Essa abordagem estratégica não apenas reconheceu a importância das mulheres na construção de uma sociedade mais justa, como também buscou ativamente garantir que suas vozes fossem ouvidas e respeitadas nas mais altas esferas do governo. Desde então, é possível verificar uma ascensão importante na representação política feminina, indicando um futuro próspero para as mulheres no governo da RASD (Peaceagency, dezembro, 2020).

[...] Elas representam 21% dos funcionários na Secretaria Nacional da Frente Polisário, 34% na Assembleia Nacional, 100% nas assembleias locais, 88% no setor de educação, 66% na saúde, 27% em atividades de desminagem e 23% em comunicação. Além disso, a UNMS conseguiu, por meio de lobby junto à liderança da Frente Polisário, reforçar a representação das mulheres em órgãos de tomada de decisão (Peaceagency, dezembro, 2020. Tradução da autora).

Esse progresso não apenas reflete a determinação das mulheres saarauís, mas também destaca o impacto significativo do trabalho desenvolvido pela UNMS. Essa parceria entre as mulheres saarauís e a Organização desempenha um papel fundamental na construção de um cenário político mais inclusivo e igualitário, destacando a importância da colaboração entre a UNMS e a comunidade para alcançar mudanças importantes.

Importante destacar que, no ano de 2003, a UNMS solicitou ao governo a transferência das responsabilidades relacionadas à assistência social para um órgão dedicado a essas questões.

Em resposta a esta solicitação, foi criada a Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais e da Emancipação da Mulher (Martín, 2014).

A existência deste órgão permitiu à UNMS uma dedicação ainda maior às questões de gênero como critério principal para as atividades organizadas com mulheres. Esta instituição recém-criada também está promovendo a incorporação de mais mulheres ao trabalho da UNMS, tanto mulheres refugiadas quanto outras mulheres de associações e redes internacionais que compartilham os objetivos do empoderamento das mulheres saarauís (Belloso & Azkue, 2009, p. 169. Tradução da autora).

Posteriormente, a partir do XII Congresso da Frente Polisário, essa Secretaria evoluiu para um Ministério, sendo que a chefia foi designada a uma mulher saarauí (Martín, 2014).

Entretanto, nos anos anteriores, durante a realização do XII Congresso da Frente Polisário em 2007, três mulheres saarauís já haviam alcançado posições ministeriais no governo da RASD. São elas: Jadiya Hamdi, como Ministra da Cultura; Mariam Salek Hamada, na posição de Ministra da Educação e Ensino; e Baida Embarec Rahal, que ocupou o cargo de Secretária de Estado do bem-estar e promoção da mulher (Rossetti, 2011).

Essas conquistas sugerem não apenas a gradual integração das mulheres em posições de liderança, mas também o contínuo compromisso do governo em promover a participação e o empoderamento feminino dentro das esferas políticas do governo da RASD.

Após a aprovação e implementação do sistema de quotas, a participação política feminina firmou-se, tendo como resultado o aumento na participação do número de mulheres na política.

No VI Congresso da UNMS, as quotas de participação política das mulheres nas instituições da RASD e da FP foram um tema de grande importância. Anteriormente, em dezembro de 2007, no XII Congresso do FP, tinha sido reconhecido que 30% dos candidatos parlamentares em cada wilaya tinham de ser mulheres (Martín, 2016, p. 303. Tradução da autora).

Assim, em 2008, durante as eleições para a renovação do Parlamento (Conselho Nacional Saarauí), das 53 cadeiras disponíveis, 34,61% foram preenchidas por mulheres (Rossetti, 2008). Esses dados mostram um avanço significativo na representação feminina no cenário político saarauí, reconhecendo o papel ativo e crescente das mulheres na esfera política.

Quando comparamos o dado acima apresentado com os números disponibilizados pelo IPU no mesmo ano de 2008, será possível ver que países mais desenvolvidos e que não passaram por situações de conflito tiveram um percentual representação política feminina inferior àquela experimentada pelas mulheres saarauís. Por exemplo, na Suíça, 29,5% dos assentos no Conselho Nacional eram ocupados por mulheres e, na Austrália, apenas 26,6%. No Canadá, as mulheres ocupavam apenas 22% dos lugares na *House of Commons* e, na França, somente 18,5% dos lugares na Assembleia Nacional eram representados pela classe feminina (IPU, 2008).

Se olharmos para alguns países do norte da África também veremos esta diferença de representatividade política feminina. No Marrocos, apenas 10,4% dos assentos da Câmara dos Representantes eram ocupados por mulheres. Na Tunísia, a Assembleia dos Representantes do Povo tinha uma representação de 22,7% de mulheres, e na Argélia, a Assembleia Popular Nacional registrava somente 6,1% de representação feminina (IPU, 2008).

Em entrevista concedida a Rossío Martín em abril de 2011, a Ministra da Educação do governo da RASD, Mariem Salem Hamada confirmou a forte presença das mulheres nas esferas políticas e sociais da sociedade saarauí, confirmando o progresso alcançado pelas mulheres saarauís. Na altura, a Ministra da Educação afirmou que:

Quase 88% dos trabalhadores no ministério, nas escolas e na educação são mulheres. Internamente, quase 70% dos que trabalham em questões administrativas são mulheres. Regionalmente, os diretores regionais, de 6 diretores, 2 são mulheres e, no próximo ano, continuaremos a superar. E, regionalmente, a administração é composta por 50% de mulheres [...] (Martín 2016, pp. 338-339. Tradução da autora).

Em 2013, a participação feminina no governo da RASD já alcançava 35,20% (18 deputadas), sendo que 63% das mulheres estavam participando pela primeira vez nas eleições legislativas (Barona, 2016).

Para promover a presença feminina no Parlamento, a Frente Polisário estabeleceu que nas listas de cada *wilaya* ao Parlamento deveria haver uma representação de duas mulheres e quatro na Federação da Frente Polisário. Também para cada *daira* e cada *wilaya* existe um representante político e a maioria são mulheres. Em cada *wilaya* existe uma Escola Feminina onde são

realizadas oficinas de formação voltadas para mulheres (Fuentes et al., 2013, p. 18. Tradução da autora).

É interessante ressaltar a significativa participação política das mulheres saarauís, conforme destacado nas pesquisas de Heredia e Villalobos (2019). A confirmação de que essa participação é especialmente forte a nível local (cf. Quadro 3.2), destaca a importância das mulheres como a base da pirâmide do governo da RASD. O papel das mulheres vai além da representação figurativa, pois elas desempenham funções práticas e estratégicas no gerenciamento de questões fundamentais da comunidade, como saúde, educação, cultura e alimentação. Ao verificar que as mulheres detêm 80% da participação geral na política da sua comunidade, destaca a importância do seu envolvimento e influência (Heredia e Villalobos, 2019).

Quadro 3.2: Participação política das mulheres saarauís.

Participación política de las mujeres en el Pueblo Saharaui							
Nivel	Cargos políticos	Cantidad	Mujeres	Hombres	Participación por cargos %	Participación por nivel %	Participación Política Total %
Central	Presidente	1	0	1	0	13	80
	Ministerios	15	2	13	13		
Local	Gobernaciones de Wilayas	5	2	3	40	87	
	Secretarías Generales de Dairas	29	13	16	45		
	Líderes de Barrios	116	116	0	100		

Fonte: Heredia & Villalobos, 2019, p. 47.

É relevante destacar que, na retomada das negociações entre a Frente Polisário e o Marrocos, evento que ocorreu “após 17 anos da assinatura do acordo de paz e 14 anos da retirada de Marrocos das negociações” (Aldana & Córdoba, 2018, p. 38. Tradução da autora), as mulheres conquistaram mais um marco político. Nesse contexto, a Frente Polisário optou por nomear uma mulher para integrar sua equipe de negociação junto à ONU. Em janeiro de 2018, a Frente Polisário tomou a decisão de incluir Fatma El Mahdi, então presidente da UNMS e membro do Secretariado Nacional da Frente Polisário, na delegação encarregada de tratar da retomada das negociações com o Marrocos para a busca de uma solução pacífica para o conflito (Souto, 2021).

Com a retomada do conflito entre a Frente Polisário e o Marrocos, em 2020, as mulheres conseguiram ocupar mais posições de liderança, conforme relatou uma mulher saarauí (Fatima) em entrevista concedida a Fernandes em 2023.

É claro que a presença das mulheres aumentou, especialmente para preencher a lacuna que os homens criaram quando a maioria deles foi solicitada a estar presente nos campos de batalha e nas regiões militares. Então, essa lacuna foi preenchida pelas mulheres e podemos dizer que a presença das mulheres na política e em outros setores aumentou após o retorno à guerra (Fernandes, 2023, p. 47. Tradução da autora).

É importante mencionar que as mulheres na diáspora apresentam uma perspectiva crítica em relação à participação política feminina no governo da RASD. Para elas, os cargos de maior destaque ainda são, na sua maioria, ocupados pelos homens, relegando as mulheres a cargos mais baixos (Fernandes, 2023). Em entrevista a Fernandes (2023), uma mulher saarauí (Nashwa) destaca a desconformidade entre “a percepção das mulheres acreditando que conquistaram determinados espaços e a realidade dos homens que reivindicam essas posições após retornarem da guerra” (p. 47. Tradução da autora).

Quando olhamos com uma lupa, quem está em cargos altos, em cargos importantes são os homens. [...] No final os espaços foram cedidos pelos homens, mas as mulheres acreditam que conquistaram esses espaços, mas na realidade não foi assim... tem sido uma luta, os homens regressaram da guerra, as mulheres foram construindo os acampamentos, levantando tudo, eram professoras, médicas, varredoras, faziam tudo. Mas os homens voltaram da guerra na década de 1990 e começaram a ocupar todos esses espaços (Fernandes, 2023, p. 48. Tradução da autora).

Além disso, algumas mulheres criticam a igualdade de oportunidades oferecidas a elas, indicando que tal iniciativa seria apenas uma estratégia da Frente Polisário para fortalecer a luta pela autodeterminação do povo saarauí. Essas críticas questionam se isso de fato reflete uma política verdadeira de igualdade de gênero (Martín, 2016). Fatma El Mehdi, então Secretária Geral da UNMS, apresentou seu ponto de vista em relação a essa questão em uma entrevista concedida a Martín em 2011.

Há outra situação que considero muito importante destacar também. A criação da União Nacional das Mulheres Saarauís em 1974 não foi uma iniciativa das mulheres, mas sim da Frente Polisário, que naquela época reconheceu a importância da participação das mulheres, inclusive concedendo o direito ao voto. Não foi uma conquista obtida através da luta das mulheres, mas sim algo concedido. Como costumamos dizer aqui, algo dado não tem o mesmo valor que algo conquistado por meio da força e da luta. Essa situação tem afetado significativamente as mulheres, pois agora, por exemplo, tivemos que organizar debates e trazer mulheres de fora para contar como conquistaram esse direito, enquanto as saarauís, até então, não percebiam o quão difícil era conseguir o direito ao voto [...] (Martín, 2016, p. 341-342. Tradução da autora).

Ainda de acordo com essas ideias, Finden (2018) sugere que o “nacionalismo” feminino adotado pela nação saarauí no exílio tenha sido utilizado de maneira estratégica tanto por representantes internos da Frente Polisário, da RASD e da UNMS, quanto por atores externos, como agências de ajuda internacional e até mesmo pelo estado marroquino. A autora também observa que a expressão “mulher saarauí ativa” é usada pela Frente Polisário, por agências de ajuda externa e, em parte, pela UNMS, empregando o "essencialismo estratégico", os saarauís moldam uma identidade positiva e coesa.

Ao considerar publicações e declarações oficiais da Frente Polisário, da RASD e da UNMS, torna-se evidente que a construção da 'mulher saarauí' como 'ativa' dentro da sociedade saarauí é uma ferramenta útil para a nação no exílio ganhar reconhecimento internacional como uma sociedade progressista e única (Finden, 2018, p. 40. Tradução da autora).

Essa visão mais crítica tem o apoio de outras mulheres saarauís que vivem na diáspora. Em uma entrevista realizada por Fernandes (2023), pode-se verificar que a maneira como a Frente Polisário e a sociedade saarauí são apresentadas como exemplo máximo de representação feminina poderia ser interpretada como uma forma de manipulação e distorção da realidade. Como afirmou Nashwa:

Mas também não deixa de ser propaganda política quando dizemos que a Polisário e a sociedade saarauí são as que mais representam as mulheres,

porque isso não é verdade (Nashwa) (Fernandes, 2023, p. 51. Tradução da autora).

Outro aspecto que merece consideração é que as gerações mais jovens de mulheres saarauís, devido às experiências de intercâmbio por meio de estudos universitários em outros países ou pela participação no programa *vacaciones en Paz*, possuem uma visão diferente em relação ao papel da mulher saarauí na sociedade, muitas vezes utilizando um discurso mais conservador (Martín, 2016). Em entrevista concedida a Martín em 2015, uma jovem mulher saarauí afirmou:

[...] eu sempre digo que cada mulher é resultado de onde foi criada, onde foi educada, onde se desenvolveu, e especialmente do período que vai dos quinze aos vinte e cinco anos. Acredito que essa fase é clara. Então, podemos encontrar um perfil de mulher mais conservadora, como aquelas que, por exemplo, estão na Argélia [...] (Martín, 2016, p. 344. Tradução da autora).

Apesar dessa perspectiva discordante, é inegável que as mulheres saarauís têm conquistado mais espaço nas esferas políticas e o engajamento destas mulheres ultrapassa as fronteiras dos campos de refugiados. Isto porque, estas mulheres também marcam presença internacionalmente. Delegações de mulheres saarauís vêm marcando presença em diversos fóruns internacionais, como as conferências da EUCOCO, na União Europeia, em 2008, e no Nono Congresso da Organização Pan-africana das Mulheres, onde a UNMS foi escolhida como representante da ONU. A participação de mulheres como representantes oficiais da RASD em papéis políticos e como porta-vozes tem contribuído para elevar o perfil da Frente Polisário e da cultura saarauí, em geral (Rossetti, 2012).

As mulheres saarauís não se limitam às fronteiras dos campos de refugiados, elas estabeleceram e fortaleceram relações com diversas instituições, plataformas e organizações internacionais. Desse modo, elas criaram um espaço de construção coletiva e trabalho em rede, buscando alcançar o objetivo comum: a libertação do território do Saara Ocidental e a autodeterminação das mulheres. Atuando de forma global para impactar localmente, as mulheres saarauís têm participado ativamente em diferentes espaços internacionais, como a Federação Democrática Internacional das Mulheres, Internacional das Mulheres Socialistas, Marcha Mundial das Mulheres, Organização Não Governamental de Mulheres para a Comunicação, Organização das Mulheres para a Paz, Movimento das Mulheres Islâmicas,

Organização Pan-Africana das Mulheres. Além disso, elas são promotoras de iniciativas que favorecem, em um contexto internacional mais amplo, o apoio e a solidariedade à causa saarauí, como, por exemplo, a Plataforma Internacional das Mulheres para apoiar a autodeterminação do povo saarauí, a Plataforma Internacional das Mulheres para a eliminação do “Muro da Vergonha” no Saara Ocidental e a Conferência para apoiar a Luta de Resistência Pacífica das Mulheres Saaurais (Barona, 2016).

Vale também destacar a importante presença da líder Zuelma Beiruk como representante do povo saarauí no Parlamento Pan-africano, bem como a contribuição significativa de Jadiyahetu El Mohtar³⁸, que atuou como embaixadora da RASD em 2018. É importante destacar que “internacionalmente, a participação política não é apenas masculina, e a UNMS é uma instituição importante para garantir a participação política das mulheres saaurais” (Heredia & Villalobos, 2019, p.48. Tradução da autora).

Importante ressaltar que o engajamento político das mulheres saaurais ultrapassa gerações, sendo evidenciado também entre os mais jovens. No XVI Congresso da Frente Polisário, realizado em 2023, Tata Salek, uma jovem saarauí, foi eleita como delegada da Frente Polisário, marcando sua estreia no principal evento político do povo saarauí. Em entrevista ao site de notícias Brasil de Fato, a jovem expressou o orgulho que a juventude sente ao apoiar a causa do seu povo: "Sentimo-nos honrados em participar, contribuir com nossa comunidade e aprimorar nossa capacidade de debater. Desejo manter minha participação, e anseio pelo congresso em nossa nação" (Brasil de Fato, janeiro, 2023). A jovem ainda complementa dizendo que:

Liderança masculina pré-guerra cede diplomacia às mulheres nas redes sociais e em viagens internacionais. A causa permite o combate feminino, mas o foco agora é a comunicação e propagar a visibilidade internacional (Brasil de Fato, janeiro, 2023).

Portanto, a história das mulheres saaurais tem sido marcada por conquistas importantes e de forma progressiva ao longo dos anos. Desde a criação da UNMS em 1974, as mulheres saaurais têm desempenhado papéis fundamentais nas esferas políticas, sociais e diplomáticas, alcançando representatividade significativa em diversos níveis. A UNMS desempenha um

³⁸Jadiyahetu El Mohtar é atualmente a delegada da Frente Polisário para a Comunidade de Madrid (Frente Polisário, 2024).

papel importante como defensora da participação política feminina e na luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

A integração gradativa das mulheres em cargos de liderança, tanto localmente quanto nacional, demonstra a sua dedicação e resiliência na luta pela autodeterminação do Saara Ocidental. O compromisso persistente das mulheres saarauís fica evidente não apenas em cargos políticos importantes, mas também na base da sociedade, onde desempenham funções práticas e estratégicas. A participação nas áreas da educação, saúde e administração demonstra que as mulheres saarauís não têm apenas representação simbólica, mas têm um impacto real na vida do povo saarauí.

Conclusão

A presente dissertação teve por escopo demonstrar de que maneira o protagonismo das mulheres, dentro da sociedade saarauí, contribuiu para um maior envolvimento da classe feminina nas esferas políticas do governo da RASD, bem como promover a busca pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Quando decidi escrever sobre as mulheres saarauís, tinha o desejo de ir até os campos de refugiados em Tindouf para poder observar de perto o dia a dia dessas mulheres e o trabalho desenvolvido pela UNMS. A possibilidade de conversar com as mulheres saarauís poderia ter proporcionado uma compreensão mais profunda sobre suas histórias e a realidade em que vivem. Creio que estar no terreno, interagindo diretamente com as mulheres, poderia ter contribuído para o desenvolvimento de um pensamento crítico mais profundo e uma melhor reflexão sobre o tema, algo que se torna um pouco difícil alcançar apenas através das pesquisas bibliográficas.

No início do ano de 2023, surgiu a oportunidade de ir até os campos de refugiados, juntamente com uma ativista e defensora dos direitos humanos no Saara Ocidental. Entretanto, a viagem se tornou inviável naquele momento devido às limitações financeiras. Devido a isso, optei por desenvolver o estudo com base em pesquisas bibliográficas.

Essa pesquisa tornou-se um pouco desafiadora, especialmente na tentativa de encontrar material específico nos websites oficiais da RASD que mostrassem dados sobre o aumento da participação política feminina dentro do governo. Esses websites são de difícil navegação, pouco intuitivos e não atualizados. Devido a essa limitação, os dados apresentados no presente trabalho foram encontrados, na sua maioria, na literatura produzida academicamente.

Apesar das dificuldades, a pesquisa bibliográfica efetuada durante a elaboração desta dissertação, permitiu chegar a algumas conclusões, que podem justificar um crescente empoderamento feminino dentro da sociedade saarauí no exílio e na esfera internacional, ocasionando uma maior participação política para as mulheres.

Foi possível verificar, por meio das pesquisas, que a mistura das tradições nômades (árabes-berberes) influenciou sobremaneira numa gama maior de liberdades às mulheres saarauís em relação às comunidades árabes sedentárias tradicionais (Belloso & Azkue, 2009). Na sociedade saarauí pré-colonial, já era reconhecido às mulheres o direito à herança e ao divórcio. Além disso, as mulheres já exerciam algumas posições de poder na sociedade nos períodos de ausência da figura masculina (Escoda, 2013), bem como já tinham algum

envolvimento nas esferas políticas e sociais da sociedade saarauí ao participarem das reuniões da “*Ait Arbeen*” (Escoda, 2013; Rossetti, 2011).

Mesmo durante o período colonial, onde as mulheres saarauís vivenciaram a perda de muitos direitos e foram relegadas a uma posição muito diferente daquela a que estavam acostumadas quando eram nômades, ainda assim essas mulheres mantiverem acesa, dentro delas, a chama da independência e a busca pela liberdade do povo saarauí. O que se pode observar nas pesquisas é que a colonização do território do Saara Ocidental acabou por incentivar a participação feminina em ações de militância política contra a potência colonizadora (Escoda, 2013), reforçando, portanto, a força e a determinação das mulheres saarauís.

Essa força e determinação ficou mais acentuada durante o período da luta armada, onde o protagonismo das mulheres saarauís pode ser visto de forma mais expressiva. Desde o momento em que a população saarauí foi forçada a abandonar a sua terra natal para escapar dos ataques do Marrocos e da Mauritânia até a construção dos acampamentos de refugiados, as mulheres saarauís estiveram à frente para salvaguardar a sobrevivência do seu povo. Elas assumiram a responsabilidade pela manutenção e gestão dos acampamentos em meio as condições adversas do deserto árido de Tindouf.

A pesquisa revela que as mulheres saarauís não se limitaram apenas ao trabalho de organização e manutenção dos acampamentos de refugiados. Elas acabaram por expandir a sua atuação para as esferas políticas, tanto dentro do governo da RASD quanto em arenas políticas internacionais, contribuindo dessa forma para a causa saarauí e para as questões referentes à igualdade de gênero.

Foi possível verificar que ao longo dos anos a participação política das mulheres saarauís foi aumentando e muitos cargos importantes dentro do governo da RASD foram delegados às mulheres. Esse fato se deve, na maioria, ao trabalho incansável da UNMS que pode ser considerada uma grande impulsionadora da participação das mulheres nos espaços políticos, sociais e profissionais. O trabalho desenvolvido pela Organização ao longo dos anos tem proporcionado a participação política ativa das mulheres saarauís e vem contribuindo para a construção de uma sociedade com mais oportunidades e direitos iguais entre homens e mulheres (Fuentes et al., 2013).

Embora haja opiniões contrárias, principalmente entre as mulheres que vivem na diáspora, quanto ao aumento da participação política feminina e a igualdade de gênero dentro da sociedade saarauí, a pesquisa evidenciou que o protagonismo feminino, marcado por uma história de resistência e reconstrução, proporcionou ao longo dos anos um aumento na

participação política das mulheres tanto nas esferas do governo da RASD como internacionalmente. Em muitos cargos importantes, como, por exemplo. Ministérios e até na delegação responsável pelas negociações para a busca de uma solução pacífica do conflito, as mulheres saarauís vêm marcando forte presença.

O protagonismo das mulheres saarauís ao longo dos períodos colonial, da luta armada e do pós-cessar-fogo, influenciou o aumento da participação política feminina dentro do governo da RASD. Além disso, esse protagonismo foi, e ainda é, um fator importante na luta pela autodeterminação do território do Saara Ocidental e na luta pela igualdade de gênero.

Espero que este estudo possa, mesmo que de forma singela, contribuir para dar um pouco mais de visibilidade à causa saarauí e, principalmente, à belíssima e inspiradora atuação das mulheres saarauís. A história destas mulheres, a meu ver, oferece esperança e encorajamento a tantas outras ao redor do mundo, mostrando que, não importa a circunstância em que estamos vivendo e independentemente de questões religiosas ou étnicas, as mulheres são plenamente capazes de mudar a realidade à sua volta, bem como são capazes de conquistar seus objetivos, sejam eles quais forem.

Entretanto, o presente estudo analisou apenas a literatura existente e as suas respectivas descobertas. Sendo assim, acredito que agregaria valor uma investigação mais aprofundada sobre as discrepâncias existentes entre o que a literatura apresenta em termos do aumento da participação política feminina e a igualdade de gênero e os discursos das mulheres saarauís na diáspora. Acredito também que um estudo específico sobre como as gerações mais jovens percebem a igualdade de gênero dentro da sociedade saarauí poderia fornecer perspectivas mais diversificadas sobre a temática.

Referências bibliográficas

- Afshar, H. (2003). Women and wars: Some trajectories towards a feminist peace. **Development in Practice**, 13(2-3), pp. 178-188.
- Aldana, K. & Córdoba, A. (2018). La agencia de las mujeres saharauis y la paz en el Sahara Occidental. **Negonotas Docentes**, (12), pp. 37- 46.
- Baldez, L. (2006). The Pros and Cons of Gender Quota Laws: What happens when you kick men out and let women in? **Politics & Gender**, Universidade de Cambridge, 2(1), pp. 102-109.
- Barata, M. J. R. C. (2012). **Identidade, autodeterminação e relações internacionais: O caso do Saara Ocidental**. (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra). Disponível em: <https://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/256>. Consultado em: 08 mar. 2023.
- Barona, N. P. (2016). **Mujeres Saharauis: Agentes constructoras de paz**. Em R. M. Martín (Ed.), *Mujeres Saharauis: Tres tuizas para la memoria de la resistencia* (pp. 109-124). Sevilla, Espanha: Aconcagua Libros.
- Barros, J. M. S. (2020). Saara Ocidental: História, atuação da ONU e interesses externos. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, 5(10), pp.103-126.
- Bauer, G. & Britton, H. E. (2006). **Women in African Parliaments**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- Belloso, M. L & Azkue, I. M. (2009). Local human development in contexts of permanent crisis: Women's experiences in the Western Sahara. **JÀMBÁ: Journal of Disaster Risk Studies**, 2(3), pp. 159-176.
- Bengochea, E. (2010). **Procesos indentitarios y participación de las mujeres en el movimiento nacionalista saharauí (1958-1975)**. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Valencia). Disponível em: <http://es.scribd.com/doc/45738198/Procesosidentitariosyparticipaciondelasmujers>. Consultado em: 05 jul. 2023.
- Bengochea, E. (2013). La movilización nacionalista saharauí y las mujeres durante el último periodo colonial español. **Revista História Autónoma**, Valencia, n. 03, pp.113-128.
- Bengochea, E. (2018). **La Sección Femenina en la provincia de Sahara: Entrega, hogar e império**. Colección Alborán, Bellaterra.
- Bengochea, E., Martín, J. C. G. & Martín, R. M. (2021). Mujeres, colonialismo y nacionalismo saharauí: hilvanando historia(s). Ayer, **Revista de Historia Contemporánea**, 124(4), pp. 81-107.

- Bertolucci, A., & Guimarães, A. C. F. (2021). **Conflicto no Saara Ocidental: O reconhecimento americano**. Dossiê de Conflitos Contemporâneos, 2(1), pp. 37-42.
- Boyd, R. (1989). Empowerment of women in Uganda: Real or symbolic. **Review of African Political Economy**, n. 45/46, pp. 106–117.
- Chacón, A. & Belloso, M. L. (2016). **Feminismo y cooperación descentralizada: la experiencia de la Unión Nacional de Mujeres Saharauis y la Red Vasca de Apoyo a la UNMS**. Em R. M. Martín (Ed.), *Mujeres Saharauis: Tres tuzas para la memoria de la resistência* (pp. 153-167). Sevilha, Espanha: Aconcagua Libros.
- Coconi, L. (2008). **Las mujeres del Sahara Occidental**. Disponível em: <https://1library.co/document/y6m8v67q-mujeres-sahara-occidental-luciana-estudios-internacionales-universitat-barcelona.html>. Consultado em: 17 jul. 2023.
- Creswell, J. W. (2007). **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Delgado, J. L. R. (1988). **La Presencia Española en el Sáhara Occidental**. Notas para una historia. Cuadernos del Ateneo, n. 5, pp. 43-48.
- Demeritt, J. H. R., Nichols, A. D. & Kelly, E. G. (2014). **Female participations and civil war relapse**. *Civil Wars*, 16(3), pp. 346-368.
- Demo, P. (2006). **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. 12 ed. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Denitch, B. (1981). Women and political power: A revolutionary society: The Yugoslav case. **A Journal of Women Studies**, 7(2), pp. 47-55.
- Enloe, C. (1993). **The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War**. California: University of California Press.
- Escoda, E. G. (2013). **Los campamentos de refugiados saharauis: Las mujeres de Tindouf**. Universitat Rovira i Virgili, Tarragona: Espanha.
- Estrada, R. D. (2014). Saara Ocidental: História, geopolítica e perspectivas da “última colônia”. **Caderno de Relações Internacionais**, 7(1), pp. 118-147.
- Fernandes, C. A. (2023). **Sahrawi women’s resistance in the refugee camps and in the Spanish diaspora**. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/29970>. Consultado em: 14 mar. 2024.

- Ferreira, P. (2012). **Sahara Ocidental: Persistência e interesses de Marrocos na última colónia africana.** (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2765?mode=simple>. Consultado em: 21 mar. 2023.
- Ferreira, P. (2018). Sahara Ocidental: Conflito diplomático (1991-2010) e os presumíveis interesses de Marrocos. **Africana Studia**, n. 29, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 11-29.
- Finden, A. (2018). Active women and ideal refugees: dissecting gender. Identity and discourse in the Saharawi refugee camps. **Feminist Review**, 120(1), pp. 37-53.
- Filho, P. P. (2010). **A difícil e esquecida questão do Saara Ocidental.** Meridiano 47, n. 114, pp. 3-5.
- Fuentes, C. C., Gascón, L. G., & Seisdedos, S. R. (2013). **Género y construcción de la paz en la cooperación internacional: el papel de las mujeres saharauis en el conflicto del Sahara Occidental.** Disponível em: <https://aecpa.es/files/view/pdf/congress-papers/11-0/735/>. Consultado em: 25 ago. 2023.
- Heredia, A. C. & Villalobos, K. A. (2019). **La agencia de las mujeres saharauis en los campamentos de refugiados de Tindouf, Argelia.** (Dissertação de Mestrado, Universidade de La Sale, Colombia). Disponível em: https://ciencia.lasalle.edu.co/maest_gestion_desarrollo/173/. Consultado em: 19 mar. 2023.
- Hughes, M. M. (2009). Armed conflict, international linkages, and women's parliamentary representation in developing nations. **Social Problems**, 56(1), pp. 174-204.
- Hughes, M. M. & Tripp, A. (2015). Civil war and trajectories of change in women's political representation in Africa, 1985-2010. **Social Forces**, 93(4), pp. 1-28.
- Huguet, M. (2013). **Activismo y mujeres en los procesos de descolonización Marruecos y el Sahara Occidental (1975).** Disponível em: <http://hdl.handle.net/10016/17626>. Consultado em: 17 jun. 2023.
- IPU (2008). **Inter-Parliamentary Union.** Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2016-07/women-in-politics-2008>. Consultado em: 27 dez. 2023.
- IPU (2019). **Inter-Parliamentary Union.** Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2019>. Consultado em: 27 dez. 2023.
- Juliano, D. (1998). **La causa Saharaui y las mujeres: Siempre hemos sido muy libres.** Barcelona, Espanha: Icaria Editorial.

- Justo, J. C. G. (2013). El Frente Polisario: La historia de un movimiento de liberación nacional vivo. **Revista Internacional de Pensamiento Político**, Huelva, 8(7), pp.261-280.
- Kormikiari, M. C. N. (2001). Grupos indígenas bérberes na antiguidade: A documentação textual e epigráfica. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, pp. 9-60.
- Krook, M. L. (2006). **Gender quotas, norms, and politics**. *Politics & Gender*. Universidade de Cambridge, 2(1), pp. 110-118.
- Lippert, A. (1992). **Sahrawi women in the liberation struggle of the Sahrawi people**. *Sings*, Chicago, 17(3), pp. 636-651.
- Martín, R.M. (2014). **Construcción de identidades de género y construcción de identidades feministas en las mujeres saharauis en los campamentos de refugiados/asTindouf (Argelia): una lectura desde el feminismo poscolonial**. Libro de Actas del II Congreso Internacional de Comunicación y Género, pp. 890-905.
- Martín, R.M. (2014). Mujeres saharauis, colonialidad del género y nacionalismos: Un acercamiento a partir de los feminismos decoloniales. **Relaciones Internacionales**, n. 27, Universidade Autónoma de Madrid, pp. 13-34.
- Martín, R.M. (2015). **Mujeres Saharauis experiencias de resistência y agencias en un devenir feminista descolonial**. (Tese de Doutoramento, Universidade de Sevilha). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10433/2963>. Consultado em: 09 set. 2023.
- Martín, R. M. (2016). **Experiencias e identidades colectivas en las mujeres saharauis desde los feminismos descoloniales**. Em R. M. Martín (Ed.), *Mujeres Saharauis: Tres tuizas para la memoria de la resistência* (pp. 51-70). Sevilha, Espanha: Aconcagua Libros.
- Miguel, C. R. (1995). **El Sahara Occidental y España: Historia, política y derecho. Analisis crítico de la política exterior española**. Madrid, Espanha: Editorial Dykinson.
- Morais, J. M. A. Moreira, J. B. (2020). Direitos humanos e segurança internacional: Uma análise sobre o conflito do Saara Ocidental. **Revista Conjuntura Austral**, 11(56), pp. 62-76.
- Morojele, N. (2016). **Women political leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of triumph and loss**. (1st ed.). Verlag Barbara Budrich. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvddzfsf>. Consultado em: 30 mai. 2023.

- Mtintso, T. (2003). Representivity: false sisterhood or universal women's interests? The South African experience. **Feminist Studies**, 29(3), pp. 569-579.
- Nanjira, D. D. (2010). **African Foreign Policy and Diplomacy: From antiquity to the 21st century**. Disponível em: https://accord.edu.so/course/material/african-foreign-policy-and-diplomacy-from-antiquity-to-the-21century-172/pdf_content. Consultado em: 30 mai. 2023.
- Pankhurst, D. (2002). Women and politics in Africa: The case of Uganda. **Parliamentary Affairs**, 55(1), pp.119–28.
- Paxton, P., Hughes, M.M. & Green, J. L. (2006). The international women's movement and women's political representation, 1893 – 2003. **American sociological Review**, 71, pp. 898 –920.
- Polo, C. J. (2012). **Resistencias cotidianas de las refugiadas saharauis**. Em I. M. Sánchez, J. R. Medela & S. V. Cerdeño (Eds.), *Percepciones del desarrollo, dentro y fuera del continente africano* (pp. 111-134). Granada, Espanha: AfricaInEs.
- Rebelo, T. R. (2013). O equilíbrio de gênero nas operações de paz: Avanços e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(3), pp. 817-837.
- Rosati, E. M. (2018). **The role of women in the juxtaposition between Islam and Political Islam: Unveiling Arabian night**. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa). Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17177/1/master_enrico_matteo_rosati.pdf. Consultado em: 05 fev. 2023.
- Rossetti, S. (2008). **Formal and informal gender quotas in state-building: The case of the Sahara Arab Democratic Republic**. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1182&context=artspapers>. Consultado em: 25 out. 2023.
- Rossetti, S. (2011). **Gender mainstreaming in state-building: A case study of saharawi refugees and their foreign representatives**. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Wollongong). Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=4295&context=theses>. Consultado em: 26 out. 2023.
- Rossetti, S. (2012). Saharawi women and their voices as political representatives abroad. **The Journal of North African Studies**, 17(2), pp. 337-353.
- Sahara Press Service (2023). **National Union of Saharawi women obtain full membership in International Anti-imperialism and Antifascist United Front**. Disponível em: <https://www.spsrasd.info/news/en/articles/2023/08/16/47250.html>. Consultado em: 29 ago. 2023.

- Sahara Press Service (2023). **Women's political representation. The impact of positive discrimination and the gender quota of the saharawi electoral system.** Disponível em: <https://www.spsrasd.info/news/en/articles/2023/06/03/46101.html>. Consultado em: 04 set. 2023.
- Sahara Press Service (2024). **All-African women's revolutionary union salutes struggle of Sahrawi women for self-determination.** Disponível em: <https://www.spsrasd.info/en/2024/03/10/2683.html>. Consultado em: 11 mar. 2024.
- Smolarek, A. A., & Miranda, J. I. R. (2020). A Corte Internacional de Justiça e o conflito do Saara Ocidental: Respaldo jurídico e autodeterminação. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, 12(3), pp. 341-358.
- Smolarek, A. A. (2013). Conflito no Saara Ocidental: um país de miragem. **Conjuntura Global**, Curitiba, 2(1), pp. 34-38.
- Solano, E., Rocha, C. & Sendretti, L. (2023). **Mulheres de extrema-direita: Empoderamento feminino e valorização moral da mulher.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/5msSxpS5SPhFRsBKvdmhTFR/?format=pdf&lang=pt>. Consultado em: 31 mar. 2024.
- Souto, Y. B. (2021). **La mujer en el conflicto del Sahara Occidental.** Tempo Exterior, Santiago de Compostela, 22(1), pp. 25-39.
- Tenório, S. M (2018). **A intensa força das mulheres do deserto.** Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/10/29/a-intensa-forca-das-mulheres-do-deserto/>. Consultado em: 03 mar. 2024.
- Tripp, A. M. (2015). **Women and power in postconflict Africa.** Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/women-and-power-in-postconflict-africa/E27094811790564894080B202C0C254F>. Consultado em: 06 out. 2023.
- UN (1979). United Nations. **Convention on the elimination of all forms of discrimination against women.** Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>. Consultado em: 10 dez. 2023.
- UN (1948). United Nations. **Universal Declaration of Human Rights.** Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Consultado em: 28 mar. 2023.
- Waring, M., Greenwood, G. & Pintat, C. (2000). **Politics: Women's insight. Inter-Parliamentary Union.** Disponível em: http://archive.ipu.org/pdf/publications/womeninsight_en.pdf. Consultado em: 03 set. 2023.

Wood, R. M. & Thomas, J. L. (2018). **The social origins of female combatants**. *Conflict Management and peace science*, 35(3), pp. 215-232.

Zuckerman, E. & Greenberg, M. (2004). The gender dimensions of post-conflict reconstruction: An analytical framework for policymakers. **Gender and Development**, 12(3), pp. 70-82.

Fontes eletrônicas:

Fillion, S. (2022). **Primeira mulher do mundo eleita presidente avalia igualdade de gênero**. Forbes. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/11/primeira-mulher-do-mundo-a-ser-eleita-presidente-avalia-igualdade-de-genero/>. Consultado em: 03 mar. 2024.

Frente Polisário. **Jadiyetu el mohtar assume sus funciones como nueva delegado del frente polsario para la comunidad de Madrid**. Disponível em: <https://frentepolisario.es/jadiyetu-el-mohtar-asume-sus-funciones-como-nueva-delegado-del-frente-polisario-para-la-comunidad-de-madrid/>. Consultado em: 21 fev. 2024.

Mello, M. (2023). **Direto do Saara Ocidental: conheça a luta da última colônia da África**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/16/direto-do-saara-ocidental-conheca-a-luta-da-ultima-colonia-da-africa/>. Consultado em: 27 dez. 2023.

Peace Agency – Agency for Peacebuilding. (2020). **Western Sahara women’s contribution to peace and security**. Disponível em: <https://www.peaceagency.org/western-sahara-womens-contribution-to-peace-and-security/>. Consultado em: 21 ago. 2023.

Sow, M. (2016). **Figura da semana: Onde na África estão as mulheres líderes?** Brookings. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/figure-of-the-week-where-in-africa-are-the-women-leaders/>. Consultado em: 21 fev. 2024.

This is Finland. **Primeira ministra de um governo da Finlândia foi uma conciliadora nata**. Disponível em: <https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/primeira-ministra-de-um-governo-da-finlandia-foi-uma-conciliadora-nata/>. Consultado em: 21 fev. 2024.

Una Mirada al Sáhara Occidental. (2023). **El Luali**. Disponível em: <https://saharaoccidental.es/audio/sahara-audio/el-luali/>. Consultado em: 20 jul. 2023.

Una Mirada al Sáhara Occidental. (2022). **La realidad del conflicto del Sáhara Occidental**. Disponível em: <https://saharaoccidental.es/quizas-te-interese/estado-conflicto-so/>. Consultado em: 20 jul. 2023.

UN. (2021). United Nations. **Economic and Social Council (E/CN.6/2021/3)**. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/377/81/PDF/N2037781.pdf?OpenElement>. Consultado em: 03 set. 2023.

UNMS (2023). **União Nacional das Mulheres Saarauís**. Disponível em: <https://saharaoccidental.es/quizas-te-interese/la-union-nacional-de-mujeres-saharauis-unms/>. Consultado em: 07 mar. 2024.

UNMS - **União Nacional das Mulheres Saarauís**. Disponível em: <https://www.arso.org/NUSW-1.htm>. Consultado em: 07 mar. 2024.

UN Women (2023). **Gender equality is not an option, but an imperative – Women leaders gather at UN summit**. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/feature-story/2023/09/gender-equality-is-not-an-option-but-an-imperative-women-leaders-gather-at-un-summit>. Consultado em: 03 mar. 2024.

Wedo. (2007). **Factsheet: 50/50 Campaign – Getting The Balance Right In National Parliaments**. Disponível em: <https://wedo.org/5050-campaign-getting-the-balance-right-in-national-parliaments/>. Consultado em: 21 fev. 2024.